

  
*Amigado*

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA**  
**2910-312 SETÚBAL**

-----ATA N.º 06/2022 – QUADRIÉNIO 2021-2025-----

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas, reuniu ordinariamente a Assembleia de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, sito na Rua do Clube Desportivo da Gâmbia, 1, 2910-209 Setúbal, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO UM - Ata nº 03/2022 de 09 de julho - Discussão e Votação; -----
- PONTO DOIS - Ata nº 04/2022 de 29 de setembro - Discussão e Votação; -----
- PONTO TRÊS - Ata nº 05/2022 de 30 de novembro - Discussão e Votação; -----
- PONTO QUATRO - Proposta nº 38/2022 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2023 - Discussão e Votação; -----
- PONTO CINCO - Proposta nº 39/2022 - Mapa de Pessoal ano de 2023 – Discussão e Votação; -----
- PONTO SEIS - Proposta nº 40/2022 – Atualização do contrato Interadministrativo e do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra para o ano de 2023 - Discussão e Votação; -----
- PONTO SETE - Proposta nº 41/2022 – Autorização prévia genérica prevista na Lei dos compromissos – Discussão e Votação; -----
- PONTO OITO - Proposta nº 42/2022 – Contrato de fornecimento e assistência técnica a fotocopador por 60 meses, com início no ano civil de 2023 - Discussão e Votação; -----
- PONTO NOVE - Proposta nº 43/2022 – Aceitação da cedência em regime de direito de superfície a construir sobre 2 parcelas de terreno, sitas em Serralheira, freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra à Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra - Discussão e Votação; -----
- PONTO DEZ - Proposta nº 44/2022 – Celebração do Protocolo com a APPACDM - Discussão e Votação; -----
- PONTO ONZE - Proposta nº 45/2022 - Relatório de Atividades da Junta e Situação Financeira em 30/set/2022 - Apreciação; -----
- PONTO DOZE - Proposta nº 46/2022 – Transmissão Online das reuniões públicas da Assembleia de Freguesia Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra - Apresentada pela Bancada do Partido Socialista - Discussão e Votação; -----
- PONTO TREZE - Proposta nº 47/2022 – Realização da próxima reunião de AF no Alto da Guerra – Apresentada pela Bancada do Partido Socialista - Discussão e Votação; -----
- PONTO CATORZE - Proposta nº 48/2022 – Construção do centro escolar do Alto da Guerra – Apresentada pela Bancada do Partido Social Democrata - Discussão e Votação; -----
- PONTO QUINZE - Proposta nº 49/2022 – Programa de comparticipação para aquisição de medicamentos sujeitos a receita médica do SNS – Apresentada pela Bancada do Partido Social Democrata - Discussão e Votação. -----

ATA N.º 06/2022 – Quadriénio 2021-2025 – SESSÃO ORDINÁRIA DE 27/12/2022

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA**  
**2910-312 SETÚBAL**

-----**PRESENCAS**-----

Abriu a sessão o Presidente da Mesa da Assembleia – Júlio Varrasquinho Lourenço Gamito, verificando-se três pedidos de substituição para esta sessão, um da bancada do PS – Eunice Maria Cândido Pratas, substituída por Nuno Rafael da Silva Peres, dois da bancada do CDU – Cármen Sofia Miranda Deodato Fernandes, substituída por António Manuel Rodrigues Guerreiro, e Bruna Soares Guerreiro, substituída por Maria de Fátima Pereira Esteves Marques. -----

Foi feita a chamada, mas a Folha de Presenças não foi assinada, ficará anexa à Ata desta sessão, verificando-se todos os presentes. -----

-----**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Entrou-se no período para Intervenção do Público, disponibilizando-se a Mesa da Assembleia para aceitar as intervenções do público. -----

Nome dos inscritos: Sr. Nuno Monteiro. -----

Assunto e resumo das intervenções: -----

Dirige-se ao Sr. Presidente da Junta, questionando sobre o canteiro na Rua das Mimosas junto ao lote 111, Urbanização Quinta da Serralharia. Lembra a conversa que teve com o Sr. Presidente, sobre a intervenção a fazer aos mesmos, no entanto a obra tem sido adiada conforme foi dito, pela falta de recursos. Passado um ano continua tudo na mesma, e questiona quando conseguirá sair da sua garagem sem passar por cima do canteiro. ----

Presidente da Junta - Luís Custódio: em resposta ao morador, refere que a obra está mal projetada, pois quem fez a obra deveria ter feito a saída do portão na outra extremidade, e não em cima do canteiro. Diz que o conversado foi que a Junta fazia os lancis e que o Sr. Nuno depois pagava ao calceteiro para fazer a calçada. Iniciaram a obra e foi retirada centenas de toneladas de areia dos oito canteiros que lá existem, pois, o outro estava qualificado, entretanto para se descobrir a tubagem da água andou-se a fazer sondagens e verificou-se uma canalização que estava enterrada. Dirige-se ao Sr. Nuno e diz que há três meses que chove, o que dificulta os trabalhos, diz ainda que a conduta principal do abastecimento da água que rega os jardins está recuperada, seja de um lado como do outro da via, têm trinta oliveiras para plantar no local, e com o mau tempo as obras atrasaram porque se neste momento colocarem lá uma máquina fica atascada, portanto é verdade que aquilo está por revolver, mas também é verdade que não tinham que fazer aquela obra, pois não é da responsabilidade da junta, foi da responsabilidade de quem executou o imóvel, a junta de freguesia vai cumprir com aquilo que disse e fica aqui registado assim que tiverem possibilidade vão mudar o lancil e depois arranjam o material, o pó e a pedra e o Sr. Nuno paga o assentamento da calçada como ficou combinado, assim resolve-se o problema que não foi a junta que criou. -----

Sr. Nuno Monteiro: diz que conforme disse na altura o projeto da casa está de acordo com aquilo que está construído, a existência da calçada ali e do canteiro não foi obra da pessoa que construiu a casa, portanto alguém deu avale para que a construção fosse feita daquela forma, o projeto está licenciado e está de acordo com aquilo

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL



Handwritten signature and date: 27/12/2022

que está na Câmara, refere ainda que não lhe cabe a ele mudar a calçada, uma vez que não é obra de quem fez a casa. -----

Sr. Presidente: diz que já respondeu, mas se o Sr. Nuno for ver todas aquelas vivendas que lá estão construídas todas elas têm o portão à extrema do lote, aquela é a única que não tem, aquela tem um metro e tal, portanto o sitio que meteram o contador da água, devia estar no outro lado, se tivesse não era preciso mexer no canteiro, agora não sabe se aprovaram ou não mas, sabe que não tem que ser a junta a assumir essa responsabilidade e aquilo que assumiu tem a consciência que foi com o objetivo de ajudar a resolver um problema que está por resolver, e só não foi resolvido por um conjunto de coisas, uma delas foi a máquina que avariou e depois comprou-se uma nova, entretanto o condutor reformou-se, e a equipa tem estado bastante enfraquecida que vai ser reforçada agora a partir do dia três, e portanto aquilo que assumiu é: mudar os lancis e que o senhor pagava o assentamento da calçada, uma parceria para resolver um problema que não é da responsabilidade da junta, se o Sr. Nuno acha que deve ser a junta a melhor coisa é comunicar à Câmara e a mesma que resolva o problema da forma que entender e como se deve resolver, aquilo que fez como Presidente da junta, foi no sentido de como tem feito ao longo da sua vida toda, tentar em parceria resolver as coisas da melhor forma possível para que as coisas não se arrastem muito tempo, lamenta aquela situação não estar já resolvida, mas foi isto que foi combinado na altura, parece que o Sr. Nuno está a querer dizer que não quer pagar a calçada portanto, se é assim aquilo que se pode fazer é: o senhor manda um e-mail para a junta de freguesia a relatar o sucedido e posteriormente envia-se para a Câmara, para o organismo ver realmente quem errou ali e se foi quem aprovou o projeto, agora isto pode demorar um ano, dois ou três a resolver o problema, e aquilo que tentámos fazer, foi na boa fé, que provavelmente fez mal e não deveria ter assumido um compromisso que não cabia à Junta de Freguesia, mas fez no sentido positivo e diz que continua disponível para que em parceria se resolva o problema. Agora aquilo que é a política deste executivo é que quando há problemas para resolver, resolvemos em parceria, lembra que também houve um vizinho lá no meio que já tinha licença de habitação e não tinha feito a calçada, apresentou os seus argumentos, o construtor que andava lá falou com ele, e arranjaram o material e ele acabou por pagar setecentos e tal euros para a calçada e aquilo ficou tudo arranjado no sentido da parceria, porque se fosse a junta de freguesia a ir fazer aquela calçada toda não ia fazer, porque não cabe a ela, aquilo que temos no protocolo com a Câmara é a reparação de calçadas, não é a construção de calçadas novas e aquilo ali é um problema que eu não sei se foi da Câmara se quem é que foi, a verdade é que é um problema que o senhor tem não é a junta de freguesia que tem esse problema e como presidente da junta na boa vontade naquilo que é a política do executivo é trabalhar sempre no sentido positivo de tentar resolver o maior número de problemas possíveis, sabendo que as coisas em termos de burocracia demoram muito tempo e foi nesse sentido, se o Sr. Nuno tiver disponível nós continuamos disponíveis, embora com este atraso que lamenta. -----

Sr. Nuno Monteiro: dirige-se ao Sr. Presidente, e diz conforme lhe disse na altura, embora não concordasse com o facto de ser ele a ter de pagar a mão de obra do calceteiro disse-lhe que estava de acordo, o Sr. Presidente disse que iríamos fazer a obra brevemente e o que ele perguntou no início da intervenção foi: quando é que vão fazer a

K

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA**  
**2910-312 SETÚBAL**

A  
Pimenta

obra? É isso que gostava de saber, quando vamos fazer a obra? Houve problemas com o camião, houve problemas com a retroescavadora...quando é que vamos fazer a obra? É só isso que quer saber. -----

Sr. Presidente: diz que já respondeu a primeira vez, mas pronto não pode dizer neste momento quando é que vamos fazer a obra, porque não quer a obra mal feita, porque toda agente sabe e o Sr. Nuno também sabe que aquela zona é uma zona de barro e estar a agora a fazer uma obra quando está tudo ensopado em água não vai ficar trabalho nenhum de jeito, e é bom que percebamos as coisas, temos o nosso programa e o trabalho está atrasado cerca de dois meses, derivado ao tempo e ao problema da retroescavadora, mas aquela zona ali é uma zona de mato, se fosse uma zona de areia dava para trabalhar à vontade, mas se o senhor quiser durante o mês de janeiro vamos lá mudar os lancis e pronto, arranja-se um calceteiro e a junta mete lá o pó e a pedra, e se depois aquilo não ficar nas melhores condições é porque neste momento, fazer calçadas ou fazer qualquer tipo de obras dentro daquela zona onde depois tem que se andar por cima, o senhor a seguir passado uma semana ou duas, mete lá o carro e aquilo faz um vale, aconteceu com os seus vizinhos da parte de cima que há dois meses que têm lá as fitas, o Sr. Nuno deve ter reparado nisso, que ainda não tiraram as fitas, meteram lá o carro num dia e tiveram que chamar o calceteiro a seguir, porque aquilo é uma zona de barro e aquilo vai logo abaixo, mas se quiser fazer durante o mês de janeiro, diz que se compromete-se aqui perante o senhor e perante toda a assembleia que resolvemos o problema, agora se perguntarem a sua opinião, se devemos fazer nessa altura para fazer um trabalho bem feito, digo-lhe que dificilmente o trabalho fica bem feito, mas a seguir qualquer roda que passe por cima vai dar cabo da calçada toda. -----

Sr. Nuno Monteiro: refere que aquilo que está a pedir é só o prazo para a execução da obra, não está a dizer que é em janeiro ou que é em fevereiro, não tem conhecimento técnico para dizer qual é a melhor altura, aquilo que nos foi dito em março na altura foi que o senhor o mais rápido possível iria avançar com as obras dos canteiros, entretanto passou a Primavera, passou o Verão, passou o Outono e agora estamos no Inverno, não está a dizer que é no Inverno que o senhor vai fazer a obra, só está a perguntar quando é que a obra vai ser feita, planeamento de obra. -----

Sr. Presidente: responde e diz que o mais complicado daquelas obras está feito, é verdade que aquilo que é o produto final não está feito. Foi feito agora a recuperação da conduta de água, o rebaixamento e a limpeza em todos os canteiros, inclusive estão abertas todas as covas para plantar as árvores e os arbustos, o problema é que nestas coisas o tempo é que manda, não podemos estar a meter uma máquina lá dentro, e se de seguida ela fica lá dentro ela fica atascada, portanto o tempo tem que levantar, e deve demorar um mês e meio ou dois meses, e está a alterar todo o plano que tínhamos traçado, portanto no fim de requalificarmos todos os canteiros, vamos também requalificar aquelas calçadas ali a volta, portanto onde elas tiverem mais abatidas, e isso é uma coisa que tem que ser quando o tempo estiver bom, senão o carro vai lá para cima e danifica aquilo tudo, as coisas por vezes não correm como nós queremos, aquilo não está esquecido, temos ali mais de três meses de trabalho de retroescavadora, de camião, de rebaixamento, foi limpo aquilo tudo e agora temos que aguentar, porque é assim, nós já não estávamos habituados a este tipo de invernos e este tem sido complicado e não só nesta área e as

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA  
2910-312 SETÚBAL**



coisas são assim nem sempre correm como nós queremos, aquilo é uma zona de barro, é uma zona complicada, portanto no inverno chove um bocado e agarra-se tudo às rodas das máquinas e cria valas, e quando seca é rijo até que muitas das vezes a máquina até custa a entrar para lá, já temos adjudicado a construção da vedação do Pólo Operacional e a nossa meta também era fazer até ao final do ano e ainda não começamos, porque o tempo não permitiu temos portão feito, temos o gradeamento feito, temos tudo preparado para chegar lá fazer e montar, as obras as vezes o tempo é que manda. -----

Presidente da Mesa – Sr. Júlio Gamito: interrompe e diz que pensa que já respondeu ao freguês e diz que fica aqui o compromisso com a assembleia e que vai avançar com a obra quando for oportuno. -----

Não havendo mais intervenções e antes de dar a palavra às bancadas. Entretanto fala sobre os e-mails que recebeu no dia anterior, como repararam recebemos dois e-mails, um e-mail foram cinco documentos do PS enviado as 11:06h, e quatro da CDU enviado às 14:32h, e depois o segundo e-mail que eu vos enviei foi, o Pedro que enviou às 16:13h foram quatro documentos, portanto vou colocar à disposição da assembleia se concordam ou não que estes quatro documentos vão a discussão. O PS diz que sim, a bancada da CDU também diz que sim, também concorda, e diz que está só a fazer o seu trabalho para que fiquem todos cientes. Faz uma breve explicação sobre o que se passou e porque tomou a decisão de enviar e aceitar, mas ressalva que não haverá mais exceções. -----

Alexandre Magrinho: reforça o que foi dito pelo Presidente da Mesa e pede que todos se disciplinem para que não volte a acontecer. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Entrou-se no período de Intervenção dos Membros da Assembleia, sobre eventuais assuntos que não se encontrem a discussão na Ordem do Dia da presente sessão, disponibilizando-se a Mesa da Assembleia para aceitar as respetivas intervenções. -----

Nome dos inscritos: Pedro Vieitas; Raquel Assembleia; José Colaço; Paulo Vieira; Raquel Assembleia; Sérgio Silva. Esclarecimentos pelo jurista Dr. António Danado. -----

Assunto e resumo das intervenções: -----

Pedro Vieitas: coloca três questões: a primeira Amarsul e o cheiro nauseabundo que tem vindo da central de compostagem de Poçoilos e que tem afetado a qualidade de vida dos moradores da urbanização do Vale Ana Gomes e da Quinta da Amizade e Serralheira. Foi-nos transmitido, não sendo engenheiro do ambiente que tal facto pode ser devido a falta de substituição dos filtros das chaminés por onde são expelidas os influentes gasosos resultantes da atividade de compostagem e esta questão e uma questão que tem que ser resolvida, a bancada do PSD até pode aqui propor, visto que embora a Amarsul tenha o grupo Mota Engil com o detetor de 51% do capital, não podemos esquecer que os outros 49% são detidos pelos municípios da península de Setúbal, incluído o

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL


Município de Setúbal, os quais por causa de terem essa participação recebem também receitas provenientes daquilo que são as receitas totais da Amarsul, por isso gostariam de saber o que há a ser feito relativamente a esta questão e se for verdadeiramente a alteração dos filtros então entendemos se o conselho de administração não resolver a situação, deve a Câmara Municipal de Setúbal propor pagar a substituição dos filtros e realizar acerto de contas posterior com a empresa, visto que é acionista, porque não pode ser os moradores fregueses da nossa freguesia que pagam IML alto, ainda por cima naquelas urbanizações a terem que enfrentar este problema; a segunda questão é saber qual o ponto de situação referente à petição pública mais segurança pelas freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e Sado que foi aprovado há um ano nesta assembleia; terceiro ponto gostariam de saber se existe a possibilidade da colocação de redutores de velocidade na Rua 1 de Junho no lado da nascente, antes da escola básica do Alto da Guerra. -----

Raquel Assembleia: a primeira questão é relativa às deliberações, e após uma pesquisa nos Código de contratos públicos - CCP, e após a sua revisão pela Lei nº 30/2022 de 28 de Maio dispõe que do art.º 2 que se aplica às autarquias locais, de acordo com o nº 2 do art.º 112, que foi direto ao procedimento que uma entidade adjudicante convida uma entidade à sua escolha para apresentar proposta, e existem dois critérios para a sua escolha, o portal base é o portal dos contratos públicos é o espaço virtual onde são publicados os elementos referentes a formação e execução dos contratos públicos permitindo o seu acompanhamento e monitorização, obrigação expressa no sentido do CCP, a publicação do ajuste direto ou a consulta previa é obrigatório para qualquer valor do art.º 127 contratos públicos, e deverá ser efetuada neste portal e a publicitação com a eficácia do respetivo contrato, alíneação de bens é também obrigatória portanto caso em apreço, a junta de freguesia desde o início do mandato tem vindo a realizar ajustes diretos sucessivos, e nem um é possível aceder ao portal base, o último relato que consta é de 2019 é do tempo do mandato do Sr. Belchior onde eram colocados os contratos, eu não sei se há algum problema com o portal ou não, o que é certo é que nós pedimos a prova da publicação e ela não nos chegou e é esta a questão, relativamente à alíneação não sei se também foi publicada no portal base, também gostaria de saber, agora relativamente às adjudicações tem vindo a ser sucessivamente feitos contratos de ajustes diretos no regime geral, nos seguintes moldes nós pedimos aqui as deliberações elas estão todas iguais agarramos numa 81/2022 da data de 05/07 aquisição de um trator de 80 cavalos proposta apresentada pela empresa Cabena, com a respetiva questão de equipamento e valor da adjudicação aprovada por unanimidade, espanta-me pois que a proposta 96/2022 de 4/7 tenha tido a aprovação na reunião de executivo de 6 de julho à aquisição do trator de 80 cavalos no valor de 15.752€ exige a obrigatoriedade do envio caderno de encargos, foi enviado o caderno de encargos e um ofício com para a empresa apresentar à proposta que já tinha sido adjudicada à um mês atrás, corrija-me se tiver errada. Todas as adjudicações que nós vimos estão todas nestes moldes. A pergunta é, mas o serviço já foi adjudicado? Será que o portal base está com algum problema? ---

José Colaço: diz que traz aqui dois temas da Quinta da Amizade, o estacionamento, a GNR tem multado ali pessoas duas vezes no mês, e a questão do lote 23, que inicialmente era para ser um espaço comercial, entretanto já disseram que não é, reforça a importância de se esclarecer isto, ver junto do PDM o que projetado. -----



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL



Paulo Vieira: dirige-se ao Sr. Presidente do Executivo em resposta à sua intervenção na Assembleia Municipal, queria dizer que quando o sr. se referiu a responsabilidade e desconhecimento pela situação do saneamento básico da freguesia com certeza não se estava a dirigir-se aos peticionários da petição nem à população em geral que sofre com este problema e muito menos às diversas bancadas aqui presentes que já manifestaram o interesse neste problema e de responder sim. O Sr. Presidente fez as suas considerações lá e agora analisando o mapa e vendo o que está planeado no que está na nossa presença, verifico que a justificação do Sr. Presidente não é tão linear assim, ou seja, as áreas que estão abrangidas, existe aqui situações que não são claras, o Sr. Presidente disse que as áreas que ficavam de fora eram tinham haver com o número de população e habitações e não é tão verdade assim, tanto os mapas e as bacias não justificam isso, poderia estar a referir-se a si mesmo pois ao longo deste tempo que tem conduzido os trabalhos na junta e lidado com o problema nunca foi tão claro como na AM. A CMS na pessoa do Sr. Carlos Rabaçal veio várias vezes falar com os fregueses com promessas, com programas, com fases e agora voltaram as fases e as bacias não esclareceram e criaram expectativas às pessoas que não é a realidade, concluo dizendo que não vou responder e vou guardar a minha energia e a minha concentração para dizer às pessoas que sofrem com este problema qual a opinião do Sr. Presidente. Com essa sua perspetiva demonstrou que existe fregueses de primeira e fregueses de segunda. -----

Sr. Presidente: responde às questões colocadas, em relação à Amarsul na última AM interveio sobre esta matéria, já houve uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara e com um grupo de moradores da Quinta da Amizade e Vizinhos onde se debateu este assunto. Isto já aconteceu noutros tempos e poderá ser dos filtros, e se realmente for daí sugere que seja feita uma análise profunda e que rapidamente seja resolvida. No que toca à Câmara ser acionista e poder fazer as obras no central de compostagem, aí duvida, mas é um problema grave e tem que ser resolvido urgentemente. A junta o que tem feito é sempre que é possível intervém sobre essa matéria, ainda não foi resolvido e espera que seja o quanto antes. A petição publica tem quatrocentas e tal assinaturas, talvez já poderíamos ter feito mais, mas também demonstra que as pessoas não estão assim tão preocupadas com a falta de segurança vamos continuar a trabalhar nesta questão, ainda temos a esperança de ter aqui um quartel da GNR aqui na freguesia. Sobre a questão dos redutores de velocidade ou lombas esta é uma matéria onde já existe um levantamento da freguesia e o que nos foi dito há quinze dias atrás é que está a ser feito um estudo do modelo de passadeiras sublevadas, mas com calçada ou granito, questões técnicas, aqui o que queremos é ver o problema resolvido. Relativamente às questões da deputada Raquel Assembleia colocou não tem condições para no momento responder, anotou algumas, mas pediu que fosse enviado por escrito o pedido das mesmas que posteriormente responderá. Esclarece a questão da adjudicação do desmatador para um trator de 80 cavalos, foi feito um convite à empresa Cabena. Em relação ao estacionamento é verdade que são insuficientes, em todos os loteamentos, principalmente no Vale Ana Gomes, só existe junto à praça principal, na Quinta da Amizade há hipótese de fazer algum alargamento, a Câmara Municipal está a fazer um estudo em todos os loteamentos para ver onde haverá a hipótese de ampliação, mas também é bom referir que por vezes há pessoas que estacionam em cima do passeio, mas que tem estacionamento a menos de dez quinze metros, mas também é verdade que há

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL



muita falta de estacionamento. Sobre a questão da alteração do loteamento na Quinta da Amizade, aquele terreno pertence ao BPI e foi solicitado que o lote passasse de lote comercial para lote de habitação. Em lote comercial contemplava terceiros andares ou quatros, a sugestão da JF e foi o que a Câmara enviou aos promotores é que voltasse ao projeto inicial do loteamento para habitação para a construção de prédios no alinhamento dos outros que estão no loteamento da Avenida Quinta da Amizade, e do outro lado que fosse vivendas como estava projetado na primeira fase. Em relação à questão do deputado Paulo Vieira, o que o PS tem feito aqui na freguesia e quando metem “Saneamento começar já” isto é uma falácia, em primeiro lugar não se pode decidir hoje para se começar amanhã, tem de se abrir concursos, um exemplo é a obra aqui em Gâmbia, foi uma obra muito completa, mesmo assim deixou-se vinte e duas casas de fora, um caso que existe também é o do Botas que para terem saneamento teria de se construir uma estação elevatória. Também me dei ao trabalho de fazer um levantamento e dizer-vos que o PS na freguesia de GPAG, as únicas obras de saneamento foi a estação elevatória no Bairro do Capador, a Etar das Pontes e a ligação da estação elevatória do Bairro do Capador até à Etar das Pontes, cerca de um quilometro. A cooperativa Força de Todos foi ela que fez o saneamento, e ainda foi feito no tempo da APU, e foi feita a ligação pela câmara até à nacional dez, no Bairro do Operário foi os moradores que pagaram o saneamento e que fizeram a fossa comunitária, e posteriormente foi a CDU que fez a ligação à Etar, no AG e Poço Mouro na parte velha e foi feita no tempo da APU com a cedência das máquinas e do material pela câmara e feita pelos moradores, em Gâmbia foi feito cerca de treze quilómetros com a estação elevatória feita pela CDU, também entre o Fartazana e Perola da Mourisca também feita pela CDU, portanto dizer que em 97 quando o PS concessionou os serviços das águas, recebeu cinco milhões de euros, em 98 recebeu sete milhões e meio, em 99 recebeu cinco milhões de euros, em três anos recebeu dezassete milhões e meio de euros e só a partir daí é que começou a desenvolver trabalho e começaram a pagar cinquenta mil euros por mês, quanto é que o PS investiu de saneamento básico? Zero! A última grande obra de saneamento básico foi o coletor para eliminar a Etar das Pontes e ligar à de Setúbal, é verdade que muitas centenas de pessoas não têm saneamento básico, é verdade que nas eleições que a CDU ganhou reverteu os serviços de saneamento básico em Setúbal, está no regulamento dos SMS que quem pagar a taxa de saneamento os serviços vão vazar as fossas. Só em 2021 é que se conseguiu fazer aqueles projetos, que devem ser corrigidos e que só tive conhecimento há cerca de três semanas dos mesmos. -----  
Raquel Assembleia: relativamente a isto que o Sr. Presidente acabou de dizer relembro que há vinte anos que a CDU é o poder em Setúbal, mas lembra que a obra em Gâmbia foi tão completa que só faltou foi pagar, porque só foi paga há pouco tempo porque a empresa estava em insolvência. Relembra que até o Sr. Presidente votou favoravelmente na deliberação do PS sobre o saneamento, só a bancada da CDU foram os únicos que votaram contra este assunto. Relativamente à questão do portal base eu já lhe pedi e por escrito, e o Sr. não me deu, e já que o advogado está presente vamos aproveitar para que sejamos esclarecidos. -----  
Magrinho: lembra que o trabalho da CDU aqui na zona da Gâmbia do asfaltamento desde o caminho de ferro até ao parque campismo deve ser valorizado. Mas há coisas que ainda não foram feitas, acha que todas as bancadas já referiram os acidentes em várias zonas na estrada nacional, todos falamos nisto, mas não sabe bem o que



# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL

*de.*  
*J. Danado*

podemos fazer se calhar devíamos fazer uma petição. Sugere que se faça um texto em conjunto e que possa seguir para ver se o problema se resolve. Em relação ao saneamento compreende que todos queremos as obras feitas, e depois de tantos anos ainda existe zonas urbanas sem saneamento básico. Mas como se faz obras sem dinheiro, se o PS votou contra o orçamento da Câmara, e agora vem se exigir um já sem aprovação de um orçamento onde está implícito essas obras. -----

Sérgio Silva: respondendo ao Sr. Magrinho, em 2001 por exemplo a Câmara Municipal de Setúbal recebia cinco milhões e meio de euros e hoje recebe quase trinta milhões de euros é quatro vezes mais e é só de impostos diretos, ainda agora receberam mais doze milhões só de campanha de salubridade para apoiar as empresas, e às empresas que devem que existem dívidas. Relativamente ao saneamento básico no Monte dos Patos, Bairro da Bonita, Monte das Moitas e o IMAPAK vão ter saneamento básico soterrâneo ou vão licenciar as fossas? -----

Pedro Vieitas: pede para fazer uma interpelação à mesa. Dirige-se ao Presidente da Mesa e diz que deve ser a bancada da CDU a dar o seu tempo para o advogado falar, se não os tempos não serão cumpridos. -----

Magrinho: diz que deve a proposta ser colocada à bancada e não ao Executivo. Pode, mas deve haver um tempo. E diz ou a Assembleia ouve o advogado sem contagem ou a contagem tem de ser outra e não pela bancada da CDU.

Dr. António Danado: esclarece que não pode ser imputado o tempo a bancada nenhuma, está ali para ajudar a esclarecer e não a falar por qualquer partido político. Esclarece duas questões: em relação à base Gov existe duas nuances uma é os ajustes diretos simplificados que não estão sujeitos a publicação, é logico que todos os valores acima dos cinco mil euros ou acima dos dez mil euros para empreitadas estão sujeitos a publicação, é o que diz a lei no CCP, e estava agora a ser informado pela Sra. funcionária é que não estão a ser publicados, mas amanhã vamos começar já a tratar disso. A contabilidade pensava que estava a ser tratado por mim, eu pensava que era a contabilidade que tratava e afinal não estava a ser tratado por ninguém. Vai ser repostado, tem razão a deputada Raquel Assembleia neste ponto. Nenhuma publicação no portal Gov foi publicada. -----

Foi presente na Mesa da Assembleia os seguintes documentos: -----

Documento 1: **Saudação – Reconhecimento público da AMS sobre conclusão das obras de saneamento básico na freguesia de GPAG**, da bancada PS. -----

Intervenções: Sérgio Silva e Alexandre Magrinho. -----

Sérgio Silva: faz uma breve explicação sobre o documento e reforça a importância do tema. -----

Alexandre Magrinho: coloca a questão ao PS o que estão a votar? As duas últimas alíneas? Ou o documento? E questiona o que quer dizer peticionar? Se alterarem assinantes votamos a favor. -----

Raquel Assembleia: responde que é tudo. Alteramos o texto. -----

Posto à votação, foi aprovada por unanimidade, com 13 votos a favor da bancada da CDU 7; PS 4; PSD 2. -----

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL

*de*  
*Amário*

Documento 2: **Moção – Defender o Serviço Nacional de Saúde e o Direito à Saúde**, da bancada CDU. -----

Intervenções: Raquel Assembleia; José Colaço; Pedro Vieitas; Raquel Assembleia; Alexandre Magrinho. -----

Raquel Assembleia: pede que o texto seja votado parágrafo a parágrafo. O texto deve ser unificador pois a questão é muito sensível, e queremos contribuir para a resolução desta questão. -----

José colaço: lê a moção. -----

Pedro Vieitas: diz que acompanham a proposta da bancada do PS, e que entendem que deve ser votada por pontos na parte deliberativa. -----

Alexandre Magrinho: mantém a proposta. -----

Pedro Vieitas: não concordam com o ponto três, porque existe além do SNS um sistema de saúde onde os privados também incorporam, também no ponto cinco há uma gralha porque o Sr. Presidente da Câmara esteve reunido com o Ministro da Saúde e não é isso que aqui diz, por isso não podem acompanhar, se queriam um documento unificador não podem acompanhar. -----

Raquel Assembleia: lamenta que não haja abertura, pois se é para ser enviado ao Governo, convinha que fosse à prova de bala possível, e assim com estes pontos assim não será unificador. Nunca houve tanto investimento na saúde como neste OE. A CDU não me parece muito preocupada visto as propostas de uma unidade móvel para esta freguesia entre outros foram chumbadas. Estamos a tratar de questões muito importantes no que toca ao nosso hospital de Setúbal, as urgências, e queríamos mesmo acompanhar, mas quando isto chegar ao Governo nem será levado em conta e acharam que são conversas de café. -----

Alexandre Magrinho: diz que existem pontos de vista diferente por isso são de partidos diferentes. O Sr. Ministro atendeu o Presidente da Câmara depois de ser pressionado. A bancada da CDU mantém a proposta. -----

Posto à votação, foi **aprovada por maioria**. -----

- 7 votos a favor da bancada da CDU. -----
- 6 votos contra das bancadas do PS 4 e do PSD 2. -----

Declaração de voto PS (anexa à ata). -----

Documento 3: **Voto de Pesar – Falecimento de Vítor Zacarias**, da bancada CDU. -----

Intervenção: António Guerreiro lê o documento. -----

Posto à votação, foi **aprovada por unanimidade**, 13 votos a favor da bancada da CDU 7, PS 4 e PSD 2. -----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

Documento 4: **Moção – Dia Internacional pela Eliminação das Violências contra as Mulheres**, da bancada CDU. ---

Intervenção: Fátima Marques lê o documento. -----

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA  
2910-312 SETÚBAL**

*de.*  
*Amário*

Pedro Vieitas: o ponto g é só para as mulheres? Como a bancada CDU não tem tempo para me responder, é pena não poder acompanhar a moção porque fiquei muito confuso. Não sei o que esta moção defende. Nós vamos abster por não saber o que votamos. -----  
-----

Posto à votação, foi **aprovada por maioria**. -----

- **7 votos a favor** da bancada da CDU. -----
- **6 abstenções** das bancadas do PS 4 e PSD 2. -----

Declaração de voto do PS e da CDU. -----  
-----

Documento 5: **Voto de Saudação – Gestão Pública da Água e Saneamento Básico**, da bancada CDU. -----

Intervenção: Luís Costa lê o documento. -----  
-----

Posto à votação, foi **aprovada por maioria**. -----

- **7 votos a favor** da bancada da CDU. -----
- **6 abstenções** das bancadas do PS 4 e PSD 2. -----

Declaração de voto PS. -----  
-----

Documento 6: **Moção – Dia Internacional das Pessoas com Deficiência**, da bancada PSD. -----

Intervenção: Pedro Vieitas faz uma pequena explicação sobre o documento. -----  
-----

Posto à votação, foi **aprovada por unanimidade**, 13 votos a favor da bancada da CDU 7, PS 4 e PSD 2. -----  
-----

Documento 7: **Moção – Pelo fim das descargas ilegais na Vala de Brejos de Canes e no Estuário do Sado, na Zona da Mourisca**, da bancada PSD. -----

Intervenção: Pedro Vieitas faz uma pequena explicação sobre o documento. -----

Alexandre Magrinho: propõe que seja retirado o ponto dois. -----

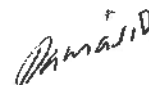
Pedro Vieitas: não aceita a proposta. -----  
-----

Posto à votação, foi **rejeitada por maioria**. -----

- **6 votos a favor** da bancada do PS 4 e PSD 2. -----
- **7 votos contra** da bancada da CDU. -----

Declaração de voto PS e CDU. -----  
-----

# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL



Documento 8: **Voto de Saudação – 25 de novembro de 1975**, da bancada PSD. -----

Posto à votação, foi **reprovada por maioria**. -----

- **2 votos a favor** da bancada do PSD. -----
- **7 votos contra** da bancada CDU. -----
- **4 abstenções** da bancada PS. -----

Declaração de voto CDU, PS e PSD. -----

Documento 9: **Voto de Saudação – Pelo Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres**, da bancada PSD. -----

Posto à votação, foi **aprovada por unanimidade**, 13 votos a favor da bancada da CDU 7, PS 4 e PSD 2. -----

Declaração de voto PS e CDU. -----

## -----ORDEM DO DIA-----

Entrou-se no Ponto Um da Ordem do Dia – Ata nº 03/2022 de 09 de julho - **Discussão e Votação**; -----

Raquel Assembleia: fala pelas três atas, que todos deverão fazer um esforço para se falar ao microfone. Mas diz que se nota ata após ata um esforço para que o seu contexto seja melhor. -----

Posto à votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

- **11 votos a favor** da bancada da CDU 6, PS 3 e PSD 2, não votaram por não terem estado presentes nesta assembleia, Júlio Gamito e Paulo Vieira. -----

Entrou-se no Ponto dois da Ordem do Dia - Ata nº 04/2022 de 29 de setembro - **Discussão e Votação**; -----

Não houve intervenções. -----

Posto à votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

- **9 votos a favor** da bancada da CDU 6, PS 2 e PSD 1, não votaram por não terem estado presentes nesta assembleia, Sérgio Silva, Elisabete Carrega, Fátima Marques e Nuno Peres. -----

Entrou-se no Ponto três da Ordem do Dia - Ata nº 05/2022 de 30 de novembro - **Discussão e Votação**; -----

Não houve intervenções. -----

Posto à votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

- **12 votos a favor** da bancada da CDU 7, PS 4 e PSD 1, não votou por não ter estado presente nesta assembleia, Elisabete Carrega. -----

# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA

## 2910-312 SETÚBAL



-----  
Entrou-se no Ponto quatro da Ordem do Dia - Proposta nº 38/2022 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2023 - **Discussão e Votação**; -----

Nome dos inscritos: Sérgio Silva, Pedro Vieitas; Raquel Assembleia; Luís Custódio; Raquel Assembleia; Alexandre Magrinho. -----

Assunto e resumo das intervenções: -----

Sérgio Silva: diz que fez uma análise macro do orçamento, apontou as alterações que foram mais significativas que foram feitas imputadas ao contrato Interadministrativo e acordo de execução, existe questões que lhe parecem relevantes, porque se orçamenta uma redução dos impostos diretos, taxas e multas, receita de IMI, dos prédios rústicos, orçamenta-se para 2023 apenas 40% do orçamento de 2022; outra questão é nas 26% das despesas correntes agora são outras despesas correntes nesta rubrica duplica e para 2023 no valor de 18.000€ é um valor que assume particularmente alguma expressão, e quando olha para as receitas próprias da junta, é importante perceber o que são essas outras despesas correntes; a outra questão está relacionada com as despesas de capital que crescem significativamente fruto das transferências de competências, mas dos 242.300€ que constam do PPI apenas 112.550€ serão de produção direta junto das populações a nível de percentagem é 46%, os restante 53% serão de investimento interno, diz que isto já vem de trás, isto são opções políticas e gasta-se mais dinheiro com a própria junta e a sua atividade do que com a população, que respeitamos. -----

Pedro Vieitas: refere que o executivo traz um orçamento para se votar, veem com agrado a subida dos valores, no ano passado era de seiscentos e tal mil euros que quase não chegava era de quinhentos e tal mil euros e agora este ano ultrapassa um milhão de euros, veem que está em marcha a descentralização e a preocupação de junto das populações fazer-se a diferença. Veem também como positivo o aumento das despesas de capital mais de 300% e é positivo, mas depois veem preocupação que nessas despesas de capital não conseguem perceber bem para onde vai esse investimento, têm dificuldade de olhar para o orçamento e ver para onde vão os investimentos da junta, quais são as ruas que vão ser intervencionadas, alcatroamento, quais as estradas que estão ainda com terra batida e que possam ser intervencionadas, ou vai-se andar só a tapar buracos, têm essa dificuldade de ver e olhar para o orçamento e perceber. Depois veem também com preocupação a diminuição das receitas próprias, e esta previsão deve-se a que fator, até ao ano passado as receitas eram de 7.34% e agora 2.65%, gostariam de saber porquê esta diminuição, veem ainda como positivo o reforço das verbas para a execução e manutenção dos espaços verdes e limpeza pública, por isso esperam e vão exigir e acompanhar que a limpeza pública passando quase para o dobro seja feita verdadeiramente um esforço é uma questão de grande prioridade, mas ficam perplexos depois pois não veem verbas para a desbaratização e desinfestações nas despesas correntes, pois é um problema grave na freguesia, serão os serviços municipais que terão esta responsabilidade, depois querem saber dos gastos com as fotocopiadoras e impressoras de 1.575€, e se vamos votar uma proposta para uma renda mensal de 79€ e que anualmente dá 948€ porquê este valor, e a questão dos outros, outros serviços, outros que causa sempre dúvidas porque não sabemos o que está lá. -----



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL



Raquel Assembleia: diz ter uma série de questões. O investimento de 1.000€ para o porto de pesca em Gâmbia e 1.500€ para o Pontal de Musgos concretamente para que obra? Relativamente à receita – apoio técnico na área do ambiente estão previstos 23.683€ que tipo de apoio técnico é este?; agora na despesa na administração autárquica tem 2.000€ para gasolina, quantos carros estão afetos?; na educação e saúde existe um funcionário que pensa ser para o SNS24, confirma-se?, é que existe um abono para falhas que não lhe parece que a função comporta esta função; eventos na freguesia – 8.000€ quais são os eventos e iniciativas programados?, não conseguiu verificar neste orçamento a opção gestionária; na área da biblioteca não vê aqui despesa para contratação de novos trabalhadores, e não se consegue identificar o recibo verde, o que aconteceu à pessoa?; diz que também não encontrou as propostas aprovadas em AF no que toca ao protocolo com a Ordem dos Advogados nem com o OTL, relativamente às taxas cobradas o valor é inferior a 2022, o IMI também é de valor inferior a 2022, ora de o IMI dos prédios rústicos não foi mexido, foram demolidas casas? As taxas vão cobrar menos receita? Questiona sobre o regulamento de taxas. -----

Luís Custódio: responde às questões colocadas. As receitas que estão no orçamento descritas pensa ser dos dados que são públicos. O FFF é o valor descritos, o artigo 38º é o que está lá, o contrato de execução, espaços verdes e jardins, os contratos Interadministrativo, sinalização e toponímia, depois existe uma novidade que é para a substituição de pilaretes, calçadas, massas asfálticas, o Pólo da Biblioteca, portanto pensamos que é um orçamento bastante interessante, diz que não consegue perceber quando o deputado Sérgio Silva do PS diz que só 112.000€ é que são despesas de capital, não pode concordar porque todas as despesas são correntes e transformamos em despesas de capital um conjunto muito grande, e podemos ver nas despesas de capital na parte das obras, estão grandes investimentos. 15.000€ em sede e armazém em Gâmbia que há vários anos que não é pintado, 65.000€ que é insuficiente para o Pólo Operacional da Quinta da Serralheira, 2.500€ de apoio à construção e manutenção de instalações desportivas, outros investimentos nas escolas de 10.000€, rede viária investimentos 45.000€, e está aqui incluído os 20.000€ das massas asfálticas, que dará para fazer uma rua se tanto, é mais para tapar buracos, parte da verba de parques e jardins é para a cobertura dos dois parques infantis que ficou decidido em AF proposta apresentada pelo PSD, sinalização e toponímia 8.000€ e também está aqui a verba para a sinalização delimitadora da freguesia, ferramentas 1.500€, e isto dá um total de 289.000€ é uma percentagem muito grande, em relação aos outros serviços. Os 18.000€ isto tem haver com dois contratos de prestação de serviço, tentamos descrever o orçamento ao máximo, reduzindo tudo o que tem haver com os outros serviços, por vezes é difícil num orçamento tão extenso ser muito minucioso, gostariam de discriminar mais, ainda não foi possível. Acha que o orçamento é muito interessante talvez o melhor da freguesia, vive-se momentos difíceis tanto na contratação de pessoal como na contratação de empresas, a intenção é terminar com as prestações de serviços, mas por exemplo na área dos motoristas abrimos um concurso público e só uma pessoa concorreu, veio um dia em prestações de serviços e não veio mais. Vai abrir novo concurso, mas a solução para a retro não estar parada foi fazer uma prestação de serviços. Neste momento temos três contratos de prestação de serviços. No dia três vão entrar duas pessoas para a área administrativa e quatro para a área operacional, vamos

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL



reconstruir as equipas. Uma das pessoas que vai entrar na área administrativa vai para o Polo da Biblioteca, a perspetiva é chegar ao final de 2023 e não ter qualquer prestação de serviços, mas por vezes não há outra hipótese. Quando se fala no restante das despesas de capital estar diluídas nas outras não é isso que está no orçamento. Em resposta ao deputado Pedro Vieitas, o Presidente acha que o orçamento é mesmo muito positivo, de muitas análises, reuniões com a CMS, e que existe condições para um bom ano de trabalho. No que toca à diminuição das receitas próprias é natural se não aumentam as receitas, as despesas aumentam em orçamento e em termos percentuais é mais baixo, mas depois tem a questão dos cães de guarda, que o governo alterou a lei e agora só é permitido passar licenças como cães de guarda, o governo deveria ter feito isto de forma gradual e é isso que temos de fazer criar regulamentos, estão a criar o regulamento das taxas e depois gostaria de ver como as bancadas da oposição vão reagir aos custos das taxas, estamos a trabalhar neste sentido, não fazemos ideia do prejuízo que a junta tem com a recolha dos Big Bags, cada um custou treze euros e tal e a junta cobra dezanove euros, abaixo do valor da câmara. Em relação aos asfaltos tem mais de trinta quilómetros de ruas não asfaltadas, sendo uma competência direta da Câmara, mas é a Junta que assume, no entanto fez-se a proposta à Câmara que a Estrada dos Campinos fosse asfaltada, e parte da Rua Paineis das Almas que pega com a Estrada dos Campinos. Em relação ao loteamento do Vale Ana Gomes diz que estão focados nesse problema, houve grandes abatimentos e um outono/inverno muito rigoroso e muito chuvoso, aguardamos a programação da Câmara para avançar com a resolução do problema e de seguida do loteamento da Quinta da Serralheira, 1ª e 2ª fase pois são as que estão em pior estado. Diz que queriam fazer mais, mas por vezes não é possível. Em relação à desbarratização foi uma decisão da Câmara por terem uma empresa contratada para o efeito, ficando assim os serviços concentrados. Em relação ao Porto de Pescas e ao Pontal de Musgos, o que se tem feito é para manutenção, o valor será para madeiras e no Pontal de Musgos é para conservação e manutenção dos equipamentos do Parque de Merendas, nomeadamente os fogareiros e a rede viária, quer ver se consegue colocar lá umas carradas de areia. O combustível, o valor é uma estimativa feita e só dispomos um carro afeto, em relação ao SNS24 é para arrancar, vai entrar duas trabalhadoras que irão fazer a formação, e depois todas irão fazer, e assim até ao final de janeiro o balcão tenha condições para arrancar. Em relação ao abono para falhas pode ter havido algum engano. Dirige-se para a deputada e diz que fazer um orçamento desta dimensão por vezes existe alguns lapsos, e tudo corre a uma velocidade muito grande que se hoje fosse fazer alterava algumas coisas. As despesas do pessoal, despesas de software, despesas das instalações, despesas não são analisadas pelo Presidente, mas sim pelos serviços, o papel do Executivo aqui tem a ver com o quadro de pessoal, gestão de investimentos, existem coisas que eu próprio questiono e se houver necessidade faz-se uma alteração ao orçamento e retira-se o dinheiro se houver essa necessidade. Em relação à pessoa que estava na biblioteca, terminou o contrato de prestação de serviços. Em relação ao protocolo com a ordem dos advogados, é muito bom termos para aqui falar do orçamento, mas depois tudo tem despesas e não conseguimos chegar a tudo. Nós temos um programa eleitoral para cumprir. E vamos cumpri-lo mesmo com as opiniões e sugestões que nos fazem chegar, desde que se encaixem no programa eleitoral. -----

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name "Danado" and a large signature.*

Raquel Assembleia: diz que lamenta, mas não foi ela que disse que andavam a pôr gasolina, foi o Sr. que disse. Só questionou quantos carros estavam afetos à administração autárquica. Outra questão que coloca é que o que está no seu programa eleitoral tem de ser casado com as deliberações da AF e nós aqui fizemos deliberações, foi recomendação e nem sequer foi colocado em orçamento. Em relação à opção gestionária a resposta foi zero, e diz que é a bandeira do PCP, e das manifestações que andam na rua para o aumento de salários e relativamente à negociação existe essa hipótese, mas mais uma vez não foi colocada, e foi a sua opção. Não me admira que só tenha uma pessoa para andar com a retro, o Sr. não faz para investir nos seus recursos humanos, são opções de gestão. Relativamente ao regulamento de taxas preocupa imenso porque o regulamento em vigor deverá ser atualizado segundo a inflação, e queria perceber e saber já que está aqui o sr. Advogado quais as implicações da não arrecadação de taxas previstas no regulamento e a diferença entre a taxa que deveria ser alocada e a que está a ser cobrada. -----

Alexandre Magrinho: sobre o orçamento congratulamos o mesmo, tanto pelas verbas em comparação ao ano anterior, e pelas opções que são tomadas em termos de gestão. -----

Dr. António Danado: o regulamento de taxas está a ser revisto e está a cumprir as regras do art. 98 e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, lembro que está sujeito a duas publicações em DR, já correu o tempo de audiência prévia e esteve a correr os trinta dias para a constituição de interessados, e estamos a aguardar o desenvolvimento. O que diz a norma da Lei 53E de 2006, referente às taxas diz que pode e não que deve, não sei se no regulamento interno diz se pode ou deve, mas a questão aqui é se o regulamento pode ir além do que a lei geral determina, uma questão que teremos de ver posteriormente e analisando bem o regulamento. Outra questão é a opção gestionária, neste âmbito não podia constar do orçamento porque não há nenhum funcionário que se enquadra, só se alguém se enquadrasse é que era possível, a negociação para a contratação é diferente, a opção gestionária implica as avaliações e as notas de avaliação e da evolução da carreira dos trabalhadores, a maior parte acabaram agora o período experimental e consolidaram as suas carreiras à pouco tempo por isso a opção gestionária não é possível, e teria de ser definida até dia quinze de janeiro como diz o SIADAP. -----

Raquel Assembleia: questiona se não existe nenhum funcionário há dois anos da junta? Até Assistentes Operacionais? Basta terem um excelente para poderem estar abrangidos. Relativamente às despesas de pessoal não vejo no orçamento valor para o recrutamento de novos postos de trabalho. Já está aberto o concurso para AT? -----

Posto à votação, foi aprovada por maioria. -----

- 7 votos a favor da bancada da CDU. -----
- 6 votos contra das bancadas PS 4 e PSD 2. -----

Declaração de voto do PSD e PS. -----

Entrou-se no Ponto cinco da Ordem do Dia - Proposta nº 39/2022 - Mapa de Pessoal ano de 2023 – **Discussão e Votação;** -----

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA  
2910-312 SETÚBAL**



Não houve intervenções. -----

Posto à votação, foi **aprovada por maioria**. -----

- 7 votos a **favor** da bancada da CDU. -----
- 6 **abstenções** das bancadas PS 4 e PSD 2. -----

Declaração de voto PS. -----

Entrou-se no Ponto seis da Ordem do Dia - Proposta nº 40/2022 – Atualização do Contrato Interadministrativo e do Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra para o ano de 2023 - **Discussão e Votação**; -----

Luís Custódio: faz um pequeno resumo do contrato Interadministrativo, e reforça as verbas dos pilaretes e das calçadas, um contrato que tem vindo a ser negociado e que tem uma grande expressão desde 2002 sempre a subir. -----

Posto à votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

- 13 votos a **favor** da bancada da CDU 7, PS 4 e PSD 2. -----

Entrou-se no Ponto sete da Ordem do Dia - Proposta nº 41/2022 – Autorização prévia genérica prevista na Lei dos Compromissos – **Discussão e Votação**; -----

Nome dos inscritos: Raquel Assembleia, Luís Custódio e Pedro Vieitas. -----

Assunto e resumo das intervenções: -----

Raquel: diz que infelizmente esta proposta teima em vir à AF, é prevista à luz da lei, mas aceitável não é, com os problemas que temos vindo a ter com a contratação desta freguesia, não sei se não era de equacionar o que vão fazer. -----

Luís Custódio: foi aprovada o ano passado e não chegamos a usar, este ano trazemos aqui a proposta da fotocopadora porque é por cinco anos porque se fosse por três anos com esta autorização não a trazíamos, é um documento que poderá permitir que não se faça uma AF extraordinária, apesar de que se usarmos temos sempre de dar conhecimento à AF. Mas acham que deve ser aprovada. -----

Pedro Vieitas: a bancada do PSD disse o mesmo o ano passado, isto é quase um cheque em branco ao executivo, entendemos que vamos manter a nossa posição. Porque é no orçamento que deve ser discutido e que deve ser na AF que deve ser a discussão do futuro da freguesia. -----

Posto à votação, foi **aprovada por maioria**. -----

- 7 votos a **favor** da bancada da CDU. -----
- 6 **contra** das bancadas PS 4 e PSD 2. -----

Declaração de voto PS, PSD e CDU. -----

de.

R. Amasão

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL

-----  
Entrou-se no Ponto oito da Ordem do Dia - Proposta nº 42/2022 – Contrato de Fornecimento e Assistência Técnica a fotocopiador por 60 meses, com início no ano civil de 2023 - **Discussão e Votação**; -----

Nome dos inscritos: Raquel Assembleia; Luís Custódio; Dr. António Danado; Alexandre Magrinho; Sérgio Silva; Pedro Vieitas. -----

Assunto e resumo das intervenções: -----

Raquel Assembleia: diz que tem dúvidas relativas à forma, é uma proposta só com um orçamento, apesar de o valor não exigir mais que um, mas se vem só com um tem de ser bem fundamentada, ou a urgência do procedimento, por catástrofe pública, o reconhecimento ou a ausência de outras empresas, e não há nada que justifique só uma oferta nem que foi pedido a mais entidades. Estamos a votar uma proposta que precisa de vir bem fundamentada. -----

Luís Custódio: em relação a esta proposta diz ser muito vantajosa para a junta, e que se conseguiu cinco anos depois um contrato abaixo do que estávamos a pagar atualmente, se fosse a três anos era superior. Explica os valores e que de acordo com as contas acaba por ter um ano à borla. A empresa com que trabalhamos nos últimos anos, as coisas não estavam a funcionar bem e entendemos que esta proposta seria o ideal para a junta, tanto em termos de equipamento como em termos de valor. Poderíamos não a ter trazia à AF mas entendemos que seria o melhor. -----

Raquel Assembleia: diz não ter posto nada em causa, o que explicou deveria estar espelhada na proposta. Falta-lhe a fundamentação. Peço ao jurista que nos explique e que nos tranquilize na votação. -----

Dr. António Danado: diz que o valor total do contrato sem iva é de 4680€ nem sequer ultrapassa o limite do ajuste direto simplificado, ora nessa linha não há qualquer obrigatoriedade de consulta a mais empresa. Aliás pelo valor até se poderia contratar à fatura, nem se teria de submeter à AF se fosse à fatura. Após a análise da proposta que lhe foi remetida, entendeu que, estando dentro dos limites dos Contratos Públicos nomeadamente do ajuste direto simplificado, achou por bom tom remetê-la à AF até porque é por cinco anos e ultrapassa o limite do mandato, para a aprovação de um contrato plurianual de acordo com o artigo 6, nº 1 da alínea d, da lei 8 de 2012. Cumprimos as regras e trazer aqui à AF. -----

Raquel Assembleia: agradece o esclarecimento, diz que não fez as contas e que agora percebe e entende a forma da proposta. -----

Alexandre Magrinho: diz que partimos sempre da desconfiança, e pede que confiem e acreditem que as pessoas são competentes e que sabem o que estão a fazer. Deveríamos propor que o Sr. Advogado estivesse sempre aqui presente, mas teríamos que aumentar a avença. -----

Sérgio Silva: concorda com o deputado Alexandre Magrinho com a vinda do advogado e diz que se não isto mais parece uma seita, assim temos umas sessões jurídicas e nos tirar as dúvidas no momento. -----

Luís Custódio: pede serenidade e diz que em todas as AF tenho dito que já fui Presidente de Junta aqui durante quatro mandatos, e está aqui pela segunda vez, sempre trabalhou com a máxima honestidade e a máxima



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL



competência e a máxima lealdade, claro que já fez erros, mas que este mandato tem posto em causa várias vezes documentos que aqui trazem, os documentos aqui trazidos passam pelo nosso advogado e que não entendeu o que o deputado Sérgio Silva quis dizer com “seitas”, mas não se revê nesse tipo de linguagens. A oposição tem pontos de vista completamente diferentes, mas temos de ter o respeito uns pelos outros, e tem se levantado aqui tantas questões tantas vezes, o PS e o PSD também têm juristas e podem consultá-los. -----

Raquel Assembleia: diz que ninguém põe em causa a sua seriedade, e que tem colaborado sempre com o executivo e chamam sempre a atenção quando as coisas não estão bem, no que toca ao portal base está admirada como ainda não teve uma inspeção, e podia-se ter calado e fazia uma queixa. Pede para que não diga isso porque nós viemos aqui falar consigo e com a AF, isto não é por desconfiar por desconfiar nos estamos aqui na colaboração. Agradece muito a presença do jurista pois tem permitido esclarecimentos imediatos e se não estivesse ficaria sempre a dúvida no ar. E diz que era uma boa alteração ao orçamento o aumento da avença para estas questões. Estamos aqui e quando votamos temos de ser conscientes no que votamos. -----

Alexandre Magrinho: diz que temos de agradecer a todos nós por fazermos o nosso trabalho, mas parece que estamos sempre na desconfiança de alguém. -----

Júlio Gamito: diz que o Sérgio foi infeliz naquilo que disse, mas errar todos erramos, mas que já refletiu. -----

Sérgio Silva: explica porque usou a palavra de seita, pela parte de querer, de acreditar e diz que se vê das questões que dali saem, reforça a importância de estar presente o advogado e por esclarecer no imediato. -----

Pedro Vieitas: diz que quer dar dois apontamentos, nada melhor que estas discussões, mas nos locais certos, mas se houver dúvidas nada melhor que se peça uma inspeção às finanças, uma auditoria, e toda a gente fica logo descansada, lembrou que as atas também podem ser auditadas, e aquilo que está em ata também faz prova. Da parte da bancada do PSD terão sempre todo o apoio, mas se há questões também existe consequências mas depois também temos de agir de modo consequente, nós questionamos e acha que as outras bancadas também o fazem, votamos em consciência e fazemos declarações de voto e não temos problemas. E diz que não há dúvida nenhuma que o executivo tem feito um esforço enorme para que haja uma maior transparência nas propostas e nos documentos que têm trazido, há um esforço de melhoria, e as bancadas sentem isso. Estamos todos a trabalhar para quem nos elege e devemos todos trabalhar com seriedade, se alguém tiver alguma dúvida fazer uma proposta e pedir uma auditoria ou enviar para as finanças que é quem pertence fiscalizar. -----

Alexandre Magrinho: quer descansar o Sérgio e diz que já não é a primeira vez que vem esta ideia, a oposição teve a hipótese de dar ideias e contribuir para o orçamento, como nós também. -----

Posto à votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

- 13 votos a favor da bancada da CDU 7, PS 4 e PSD 2. -----

Entrou-se no Ponto nove da Ordem do Dia - Proposta nº 43/2022 – Aceitação da cedência em regime de direito de superfície a construir sobre 2 parcelas de terreno, sitas em Serralheira, Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra à Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra - **Discussão e Votação**; -----

D.P.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA  
2910-312 SETÚBAL**

Nome dos inscritos: Pedro Vieitas e Luís Custódio. -----

Assunto e resumo das intervenções: -----

Pedro Vieitas: pede para saber qual a votação na AM, não tem o número de deliberação e não tem a votação é que não se sabe se foi aprovado ou não, e diz que para votarem em consciência queremos os elementos. Vê que houve uma alteração e que foi retificado, mas tem em falta as votações e o número de deliberação da câmara. -----

Luís Custódio: diz que realmente houve um erro, e que quando se apercebeu do erro solicitou logo à câmara a alteração, foi feita a alteração foi levada a sessão pública da Câmara e por aquilo que sabe foi votada por unanimidade. -----

Pedro Vieitas: pede que lhe seja entregue a deliberação como já aconteceu anteriormente. -----

Luís Custódio: diz que realmente deveria vir aqui e pede ao Tesoureiro para ler a proposta de alteração. -----

Pedro Vieitas: afirma novamente que querem votar a favor, mas necessita de saber qual o número da deliberação, data e ata para que tudo fique clarificado. -----

Esta proposta foi retirada. -----

-----  
Entrou-se no Ponto dez da Ordem do Dia - Proposta nº 44/2022 – Celebração do Protocolo com a APPACDM -  
**Discussão e Votação;** -----

Nome dos inscritos: Raquel Assembleia. -----

Assunto e resumo das intervenções: -----

Raquel Assembleia: diz que já em junho já tinha pedido alterações ao protocolo por achar que haveria ali questões que não enquadravam no protocolo, contudo o texto mantém-se. Na cláusula segunda pede que alterem a palavra "pagamento" e alega que não existe pagamento de protocolos, mas sim subsídio ou apoio, na clausula quinta também onde diz que os protocolos não têm faturas. Vem pedir que lhes seja enviado o anterior protocolo assinado com as devidas alterações conforme deliberado na AF de junho. -----

Luís Custódio: lê a clausula toda e questiona a deputada da alteração da palavra pagamento por valor. -----

Dr. António Danado: diz que concorda que não deve estar ali pagamento, mas sim transferência ou atribuição, mediante a retribuição e embora não deve dizer fatura, mas sim quitação. E explica que qualquer empresa que recebe dinheiro público tem de dar quitação do dinheiro que recebe, e prestar contas com os associados. Sugere que se altere a palavra pagamento "por atribuição de", e onde diz fatura que se retire a segunda linha da clausula quinta. Na primeira linha "após os serviços será transferida a referida verba" esta é a minha proposta. -----

Luís Custódio: diz que aceitam as alterações sugeridas. -----

Posto à votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

- **13 votos a favor** da bancada da CDU 7, PS 4 e PSD 2. -----

Declaração de voto CDU. -----

# ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL

*de.*  
*J. Diniz*

-----  
Entrou-se no Ponto onze da Ordem do Dia - Proposta nº 45/2022 - Relatório de Atividades da Junta e Situação Financeira em 30/set/2022 - **Apreciação**; -----

Nome dos inscritos: Raquel Assembleia; Luís Custódio; Pedro Vieitas; Alexandre Magrinho. -----

Assunto e resumo das intervenções: -----

Raquel Assembleia: diz que lamentam que uma coisa que consideravam positiva nomeadamente as deliberações do executivo deixaram de constar, mas não poderiam ter tirado do site porque as deliberações são públicas, e faltam três no site, e alerta que pelo menos uma reunião tem de ser pública e ter tempo para intervenção do público. Questiona porque é que deixaram de vir? Relativamente aos atestados e de acordo com os dados isto dá meio atestado por dia, e com cinco pessoas na secretaria e ao terem chumbado a proposta do PSD sobre os CTT e assim poderiam ter uma pessoa alocada ao balcão do CTT. Relativamente as licenças vai dar no mesmo nem dá uma licença por dia, o volume de trabalho de secretaria não é visível. Comprova-se que foi ideológico o chumbo da proposta dos CTT. Se tem uma pessoa alocada à contabilidade, outra aos recursos humanos, outra para BackOffice e resposta aos emails ainda lhe sobram duas, e por isso tem aqui a resposta como conseguiria dar resposta ao serviço. A biblioteca é outra questão porque de acordo com os dados não chega a dois por dia, e sugere que se olhe para aquele polo e que se repense no serviço à população e que podia ser mais dinamizada. Relativamente às representações, o Sr. Tesoureiro esteve no CLASS e gostaria de questionar se teve coragem de dizer que esta AF chumbou a da comissão social de freguesia porque é o plano de desenvolvimento, aqui quem deveria ter ido seria o Vogal Secretario porque é uma pessoa da área. Relativamente a reunião de visita de fiscalização de ICNF presume que foi à vala, e pede atenção ao português do documento para que não haja más interpretações. Relativamente às reuniões, esteve presente numa reunião da ULPC no dia 20 de outubro e espero que tenha levado a proposta do Programa de apoio a idosos na freguesia, e quer saber se foi debatido ou não a proposta. -----

Luís Custódio: em relação à questão do relatório, depois de ponderar decidiram alterar o relatório, e depois da intervenção só veio dar razão à alteração ao mesmo, porque pela primeira vez falou sobre o relatório de atividades do trimestre, porque até agora só falavam sobre as deliberações que constavam. Diz que com bom português ou não espelha aqui a atividade da Junta, as deliberações devem ser faladas no período antes da ordem do dia. Questiona a deputada Raquel de quantas pessoas acha que deveriam trabalhar na secretaria da Junta? Se calhar duas pessoas. Neste momento temos três pessoas a trabalhar na secretaria, e uma quarta que saiu em mobilidade. Fazemos o melhor que conseguimos, muitas vezes com trabalho extraordinário para que se cumpra com o trabalho, e fizemos a AF extra para alteramos o quadro de pessoal na área administrativa e para que fiquemos com cinco funcionárias e iniciarmos com o SNS24. Em relação à dinamização da biblioteca, diz que também o querem, mas que esse problema só poderá ser resolvido depois de abril, após a resposta da mobilidade. A reunião com a ULPC foi com a municipal e debatemos imensas coisas, vamos voltar a reunir no início do ano, e vamos avançar com o plano de atividades da ULPC FGPA. -----

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL



Raquel Assembleia: diz que o Sr. Presidente ouviu, mas não entendeu, diz que não disse que tinha muita gente, mas que iria ter gente suficiente para executar o balcão dos CTT, proposta que negou à população. Em relação às deliberações são o pilar basilar das atividades da Junta, e se continuarem a não vir nós iremos sempre pedir. Entrega à mesa requerimentos para serem respondidos onde pede as deliberações, relatório de atividade da ULPC e requerimentos já entregues, mas não respondidos. Fala dos pareceres do Ministério e da CCDR sobre a proteção de dados, onde diz que negou a ação de fiscalização. -----

Luís Custódio: diz que nós temos o advogado que nos apoia, mas temos uma responsável de proteção de dados, quando recebemos algo que tem haver com proteção de dados enviamos para ela, e seguimos o que nos disseram. Recorda a situação da retroescavadora e a necessidade que houve de revogar uma deliberação, e elaboramos o procedimento segundo as indicações do jurista é como aqui, ele deu-nos uma indicação e nós seguimos. -----

Pedro Vieitas: diz que foram aqui levantadas algumas questões que começam a deixar-nos um pouco desconfortáveis, gostaríamos de saber se esse serviço é um serviço externo ou interno e qual a empresa, só agora nos apercebemos disso no orçamento. Aqui o que foi levantado pela deputada Raquel Assembleia questões que nos deixam na dúvida, cada vez são mais as questões aqui levantadas, umas resolvem-se outras nem por isso, e começam a deixar dúvidas se o executivo sabe ou não sabe o que decide e a forma como decide, os documentos não são bem elaborados, queremos ver isto vertido no relatório do direito de oposição. Lança um desafio e diz que ou juridicamente ou através da RGPD acharem que não estão a ser bem acompanhados temos todos de pensar e fazer alguma coisa, isto não pode estar a acontecer. -----

Luís Custódio: compreende o que o deputado Pedro Vieitas diz e refere que este contrato de RGPD foi feito ainda pelo anterior executivo, em abril de 2021, tiveram um período para elaborar todo o processo e nós mantivemos, temos a empresa Cityhall que nos presta os serviços de contabilidade, no início do mandato solicitamos a alteração de técnico e estão a funcionar bem neste momento, e contratamos o jurista Dr. Danado pela vasta experiência nesta área. Se o PS nos pediu alguma coisa e não foi respondida pede desculpa e diz que desconhece. Tudo o que tem sido solicitado tem sido respondido se houve alguma que falhou pede desculpa, mas iremos responder o mais breve possível, e tudo antes de sair da junta é enviado ao Dr. Danado para verificar as respostas. Se o que envíamos que foi à proteção de dados não foi o solicitado, podem ter a certeza que foi o que nos aconselharam a enviar. Isto é uma matéria muito sensível por tudo o que ouvimos. Tentamos sempre fazer o melhor possível, trabalhos sempre com um grande sentido de responsabilidade e nunca deixando de consultar os técnicos que trabalham connosco. -----

Raquel Assembleia: recorda o Presidente da petição e da moção onde o texto foi alterado, não foi publicado nas redes sociais nem em lugar nenhum da freguesia. Num requerimento ignorou a questão do portal Base, enviou a documentação e só. Na questão da RGPD o Sr. não deu informação nenhuma. Isto tem de estar espelhado no estatuto do direito de oposição. -----

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA**  
**2910-312 SETÚBAL**



Alexandre Magrinho: em relação ao relatório reflete a atividade da junta, desconhecia destas situações da falta de pedidos, e pede para ser corrigida. Qualquer executivo não tem de ter todas as competências e tem de seguir o que os técnicos que o trabalham com ele. -----

Pedro Vieitas: diz que o deputado Alexandre Magrinho não entendeu aquilo que eu disse, reforça o que referiu. ---

Júlio Gamito: diz que tem reenviado tudo e não tem nada em falta. -----

Luís Custódio: questiona sobre a moção se é a sobre o estacionamento, e diz que está no site. Houve sim uma falha na última AF mas temos tido todo o cuidado nos tempos e nas respostas enviadas, e antes de sair vai sempre ao advogado. E diz que vai verificar o edital. -----

Raquel Assembleia: diz que o que disse é que o Presidente não responde a tudo o que lhe pedem, faz uma margem seletiva do que entende. Os tempos têm sim cumprido, e no que toca ao Base podia logo ter dito que não estava a ser feito. -----

Alexandre Magrinho: clarifica que o disse em relação aos requerimentos que não foram respondidos pela junta. ---

Raquel Assembleia: diz que não afirmou que o Sr. Presidente nunca responde a nada, mas que os requerimentos que mencionou que lhe falta informação. Diz que procura a informação e procura quem lhe responde, para poder votar em consciência. -----

Luís Espinho: esclarece o deputado Pedro Vieitas sobre a proposta dos terrenos que já visualizou no site da CMS, reunião 21/2022 de 12/10/2022, deliberação 3468, proposta 2534, com 10 votos a favor por unanimidade. -----

Entrou-se no Ponto doze da Ordem do Dia - Proposta nº 46/2022 – Transmissão Online das reuniões públicas da Assembleia de Freguesia Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra - Apresentada pela Bancada do Partido Socialista - **Discussão e Votação;** -----

Nome dos inscritos: Raquel Assembleia; Julio Gamito; Alexandre Magrinho; Pedro Vieitas. -----

Assunto e resumo das intervenções: -----

Raquel Assembleia: explica a proposta apresentada, e reforça que não é uma proposta para a Assembleia de abril ou junho, mas que durante o ano civil e para que na revisão orçamental isto seja incluído. -----

Júlio Gamito: esclarece o que disse na sessão de abril que quando estiverem reunidas as condições que a CDU apresentará uma proposta, depois de termos reunido e após a aprovação do regimento agora a bancada do PS apresenta esta proposta e diz que não foi isso que foi falado. -----

Raquel Assembleia: diz que o que o Presidente da Assembleia disse que no ano de 2023 avançaríamos para as transmissões online. O que esta proposta apresenta é para que se reúna as condições para a concretização da proposta. -----

Alexandre Magrinho: diz que se aprovámos há pouco tempo o regimento não faz sentido alterar-se agora e que se o Presidente da Mesa já se comprometeu em assim que haja condições a CDU avança com a proposta não entende porque agora a proposta trazida aqui. -----



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL



Pedro Vieitas: diz que concorda com a proposta, e já tinha demonstrado a sua opinião na reunião aquando da comissão na elaboração do regimento. Congratula a comissão pela elaboração do regimento e por todas as bancadas terem trabalhado para um todo, e estranha esta proposta ter vindo agora da parte do PS. Reforça o que ficou combinado na reunião, e se por acaso até abril não houvesse nada sobre este tema, a bancada do PSD apresentaria uma proposta de revisão ao regimento para se incluir este tema. Propõe que se retire a proposta e que se aguarde até abril a ver se a bancada da CDU a traga, e aí sim se não vier a proposta, a bancada do PS trará e a bancada do PSD acompanhará, e diz que a proposta está muito bem elaborada. -----

Raquel Assembleia: retira a proposta, mas diz que poderá ficar já na posse do Presidente da Mesa a mesma para que seja incluída na ordem de trabalhos da AF de abril. -----

Entrou-se no Ponto treze da Ordem do Dia – Proposta de Recomendação nº 47/2022 – Realização da próxima reunião de AF no Alto da Guerra – Apresentada pela Bancada do Partido Socialista - **Discussão e Votação**; -----  
Nome dos inscritos: Paulo Vieira; Julio Gamito; Luís Custódio; Pedro Vieitas; Raquel Assembleia. -----

Assunto e resumo das intervenções: -----

Paulo Vieira: apresenta a proposta e reforça que naquela zona da freguesia não se realiza Assembleias e acaba por não termos população dali, no passado já se realizaram na escola do AG. -----

Júlio Gamito: lê umas notícias recentes ainda sobre a pandemia do COVID19 e diz que colocar o número de pessoas mais o público dentro de uma sala de aula é demais, e diz que segundo o artigo 23 do regimento as AF são marcadas entre a Mesa e o Executivo, e não vê condições para a execução de uma Assembleia dentro de uma sala de aula e reforça que o COVID19 não acabou e diz que não vê condições reunidas para se fazer lá. -----

Alexandre Magrinho: diz que já foram lá realizadas Assembleias e que não conhece muito do AG, só a escola e o ATL mas que podemos ver melhor. -----

Luís Custódio: recorda que no seu primeiro mandato que iniciou as Assembleias Descentralizadas, mas que neste momento acha difícil que haja condições para a realização na escola ou no ATL ou mesmo no AGSC, estaríamos uns em cima dos outros, o público e o sistema de contagem seria mais difícil, no entanto como Presidente de Junta não tem qualquer problema. -----

Paulo Vieira: percebe as justificações, mas sugere que por exemplo a de junho seja feita no jardim visto que as AF têm cariz público e sabe que daria mais trabalho, mas seria uma hipótese. -----

Pedro Vieitas: diz que também concorda com as AF descentralizadas, e que a escola não terá as condições para receber uma AF, não a próxima, mas deixarmos aqui um compromisso de se procurar um outro local para que seja possível a realização também no Alto da Guerra. -----

Raquel Assembleia: diz que a bancada não referiu local, mas por exemplo há o infantário Arco Íris não sabe que tem condições, temos o Manata e outros espaços comerciais e que poderíamos tentar. Pede para não se colocar uma cruz sem se ver primeiro as hipóteses todas. -----

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA 2910-312 SETÚBAL

*do.*  
*R. Gamito*

José Colaço: sugere o auditório da Junta de Freguesia de São Sebastião, o certo é que se as pessoas não veem até nós, nós temos de ir até às pessoas. Não podemos fazer sempre no mesmo sítio. -----

Júlio Gamito: esclarece o que disse em relação à marcação das Assembleias, e compromete-se que vai analisar os espaços para a realização da AF em junho ser naquela zona. -----

Raquel Assembleia: diz que estamos já a limitar ainda não se tentou, mas já estamos a dizer que abril não, só junho. Vamos tentar para abril se não conseguirmos tudo bem, mas tentamos. -----

Alexandre: diz que o mais importante desta proposta é estarmos todos de acordo em realizar uma Assembleia no Alto da Guerra, e diz que não devia ter sido apresentada como proposta, mas sim como uma recomendação. -----

Raquel Assembleia: concorda e altera a proposta para uma recomendação a ser realizada uma AF em abril na zona do Alto da Guerra. Se não for tem de ser fundamentada. -----

Posto à votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

- 13 votos a favor da bancada da CDU 7, PS 4 e PSD 2. -----

Entrou-se no Ponto catorze da Ordem do Dia - Proposta nº 48/2022 – Construção do Centro Escolar do Alto da Guerra – Apresentada pela Bancada do Partido Social Democrata - **Discussão e Votação**; -----

Nome dos inscritos: Luís Custódio; Alexandre Magrinho; Pedro Vieitas. -----

Assunto e resumo das intervenções: -----

Luís Custódio: diz ser uma prioridade, e está no programa eleitoral da CDU, e diz que a CMS está a fazer todos os esforços para se seja uma realidade, um pré-escolar e ensino básico junto à Quinta da Amizade nos terrenos do Ministério da Agricultura. Na última reunião com o Presidente da Câmara nos transmitiu foi que aguarda a reunião com o Ministério para saber quais os Apoios Comunitários que teremos para que a obra possa avançar, é uma obra no valor de seis milhões de euros. -----

Alexandre Magrinho: diz que se está no programa da CDU não percebe porque terá de vir a proposta, acha que a proposta deveria dizer para a Junta insista com a Câmara para a realização desta obra o mais rápido possível. -----

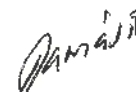
Pedro Vieitas: agradece a questão, e diz que a obra só poderá ser realizada esta obra se o PSD e o PS votarem a favor, e que durante quatro anos ouvimos pelo Executivo anterior falar sobre uns terrenos para a construção da escola e que o Ministério iria passar os terrenos. Aquilo que vimos aqui propor é que a AF vote a favor para que depois se possa levar a AM esta proposta e que se faça pressão para a construção da escola. Nós precisamos que a Junta insista com a Câmara para a construção. -----

Posto à votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

- 13 votos a favor da bancada da CDU 7, PS 4 e PSD 2. -----

K.P.

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA  
2910-312 SETÚBAL**



Entrou-se no Ponto quinze da Ordem do Dia – Proposta de Recomendação nº 49/2022 – Programa de participação para aquisição de medicamentos sujeitos a receita médica do SNS – Apresentada pela Bancada do Partido Social Democrata - **Discussão e Votação**; -----

Nome dos inscritos: Luís Espinho; Raquel Assembleia; Pedro Vieitas. -----

Assunto e resumo das intervenções: -----

Luís Espinho: diz que esta proposta faz todo o sentido, e esteve a investigar junto de outras Juntas e isto implica a criação de um regulamento. Propõe que a proposta seja de recomendação e que o Executivo se comprometa na avaliação para a concretização da mesma. -----

Raquel Assembleia: diz que se preocupa quando se diz que vão avaliar, porque tudo o que temos aprovado como recomendação, como a ordem dos advogados e o OTL, que compete à Junta avaliar e desenvolver não tendo havido resposta. Quando diz no ponto um que a Junta desenvolva um programa é que elabore um regulamento, e se for aprovada é obvio que o executivo terá de construir um regulamento, e diz que até abril tem tempo suficiente para que procurem saber os custos e que desenvolvam esta proposta. Não concorda com a alteração para proposta de recomendação, e diz que o que têm aprovado não tem tido consequências. -----

Pedro Vieitas: diz que o primeiro ponto diz isso mesmo, que o executivo elabore um regulamento, e espera que depois o Executivo até se acharem por bem a ajuda na elaboração do regulamento bem como os custos que esta proposta pode acarretar. O nosso intuito é a proposta ser aprovada, para o bem das pessoas para que possam ter acesso à sua medicação. Agora quer um compromisso entre todos para que não seja esquecido, e diz que não se importa de passar a recomendação para que seja uma realidade na freguesia. -----

Raquel Assembleia: acrescenta à proposta o complemento solidário para idosos, porque há pessoas que não tem o direito a este complemento e outros que nem sabem do mesmo e assim seria mais uma ajuda. -----

Pedro Vieitas: aceita a proposta de alteração para a proposta de recomendação e que haja acompanhamento do executivo com a bancada sobre o assunto. -----

Posto à votação, foi **aprovada por unanimidade**. -----

- **13 votos a favor** da bancada da CDU 7, PS 4 e PSD 2. -----

Nada mais havendo a acrescentar, encerrei a presente Ata, pelas 01h45 horas, do dia 28 de dezembro, a qual foi aprovada em minuta por **unanimidade**, com:

- **13 votos a favor** da bancada da CDU 7, PS 4 e PSD 2. -----

de que eu Secretário redigi e subscrevi, sendo posteriormente assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e Segundo Secretário. -----

**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA  
2910-312 SETÚBAL**

O PRESIDENTE DA MESA:

Júlio Garrido

O PRIMEIRO SECRETÁRIO:

Manuel António Torcu Damásio Neto

O SEGUNDO SECRETÁRIO:

[Assinatura]

ANEXO: Folha de Presenças, Declarações de voto e requerimentos. ....



---

## **FOLHA DE PRESENÇAS**

Sessão Ordinária do dia 27/12/2022

---

### **ORGÃO DELIBERATIVO**

JÚLIO VARRASQUINHO LOURENÇO GAMITO

MANUEL ANTÓNIO TORRES DAMÁSIO NETO

ANTÓNIO MANUEL RODRIGUES GUERREIRO

1. JOSÉ COLAÇO DA SILVA

2. LUÍS MANUEL CAMILO DA COSTA

3. ALEXANDRE MIGUEL CORDEIRO MAGRINHO

4. MARIA DE FÁTIMA PEREIRA ESTEVES MARQUES

1. SÉRGIO PAULO MARTINS DA SILVA

2. NUNO RAFAEL DA SILVA PERES

3. PAULO JORGE DE OLIVEIRA DE JESUS VIEIRA

4. RAQUEL INÊS MENDES ASSEMBLEIA

1. PEDRO MIGUEL TRINDADE VIEITAS ANTUNES

2. ELISABETE DA SILVA CARREGA

### **ORGÃO EXECUTIVO**

LUÍS ALBERTO MIRANDA CUSTODIO

LUÍS ALEXANDRE ROSA DOS SANTOS ESPINHO

JOÃO PEDRO DO NASCIMENTO CARRASQUINHO

SANDRA ISABEL PARREIRA MARQUES CASTANHO

TATIANA ISABEL MARQUES DOS SANTOS

Setúbal (Pontes), 27 de dezembro de 2022



Saudação 12/2022/PS

Reconhecimento publico da AMS sobre conclusão das obras de saneamento básico na freguesia de GPAG

A ausência de saneamento básico em grande parte do território desta Freguesia, sempre foi um tema que uniu a população. O reconhecimento da urgente necessidade da conclusão destas obras, levou a que fosse promovida uma petição pública, por parte da comunidade de GPAG. A população organizou-se de forma a que em cada bairro fosse organizada uma recolha de assinaturas, e que fossem colocados em vários estabelecimentos comerciais, a petição para assinatura, entre outras diligências. A 30 de setembro, a mesma foi entregue na Assembleia Municipal, ultrapassando o número mínimo de assinaturas para o efeito. Dando seguimento ao Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal, a mesma baixou à CABEA (Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal) e no dia 16 de dezembro de 2022, foi apreciada em reunião da Assembleia Municipal de Setúbal (AMS). De forma unânime, esta Assembleia Municipal votou todos os pontos da petição:

- a) Que o Saneamento Básico, não é ainda uma realidade em todo o território de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto-da-Guerra;
- b) A constante ausência do investimento municipal necessário, durante décadas, para resolução deste problema a curto prazo;
- c) A redução do investimento em saneamento e abastecimento de água inscrito no Plano Plurianual de investimento para o corrente ano (2022);
- d) O contínuo adiar de prazos para a conclusão da rede de saneamento básico, que se arrasta há anos;
- e) O agravamento da poluição em algumas linhas de água da Freguesia;
- f) Faltam apenas 8 anos para o cumprimento da meta universal da ONU para a resolução definitiva deste problema.

Desta forma e reconhecendo a resiliência da sua população que se uniu em prol de um tema que é de todos e colocou esta questão na ordem do dia, a Assembleia de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto-da-Guerra, reunida em Assembleia Ordinária, no dia 27 de dezembro de 2022 delibera:

- a) Saudar todos os peticionários que se associaram a esta justa e devida causa;
- b) Saudar de toda a população, que sem apoio Institucional, levou a cabo esta iniciativa, dando desta forma um contributo decisivo para colocar esta questão no Órgão Deliberativo do Município de Setúbal;

Os eleitos do Partido Socialista

Setúbal, 27 de dezembro de 2022

# CDU

## Moção

### Defender o Serviço Nacional de Saúde e o Direito à Saúde

Há muito que temos vindo a manifestar a nossa preocupação com a evolução do Serviço Nacional de Saúde e com o acesso das populações do concelho a cuidados de saúde, nos termos garantidos pela Constituição da República Portuguesa.

Apesar das múltiplas chamadas de atenção, os governos têm-se revelado incapazes de suprir insuficiências, privilegiando o desvio de verbas do sector público para o privado, insistindo em velhas receitas de desvalorização das carreiras dos profissionais da saúde e à escassez recursos humanos que contribui para exaustão dos profissionais de saúde, criando problemas de rutura nos serviços, de degradação das condições de prestação dos cuidados de saúde, de ausência de médicos de família atribuídos, de prolongas esperas para consultas, exames de diagnóstico ou intervenções cirúrgicas.

O Serviço Nacional de Saúde, uma das mais relevantes conquistas nascidas da Revolução de Abril, democratizou o acesso aos cuidados de saúde e constitui um importante pilar para a construção de uma sociedade menos desigual, mais justa e solidária.

Em Setúbal, o Município tem sido um parceiro na promoção da saúde e na colaboração com a Administração Central, com vista à superação das inúmeras dificuldades, sobretudo em matéria de cuidados primários de saúde, sendo disso exemplo o papel desempenhado em relação aos Centros de Saúde.

No entanto, como temos observado perante o agravamento de dificuldades, face a um pedido de reunião dos três municípios (Setúbal, Palmela e Sesimbra) diretamente abrangidos pelo Centro Hospitalar de Setúbal, o Governo e o Ministro da Saúde entendem ignorar a urgência dessa reunião, desrespeitando estas autarquias, os seus eleitos e respetivas populações.

O encerramento das urgências pediátricas no Hospital de São Bernardo coloca sérios problemas, em particular na prestação de cuidados de saúde a crianças e jovens com doença aguda.

Há muito que está identificada a necessidade de reforçar o número de profissionais de saúde no Hospital de São Bernardo, em particular, de médicos, porém o subfinanciamento e a falta de investimento no Serviço Nacional de Saúde, bem como a desvalorização profissional, social e remuneratória dos profissionais de saúde, por opção do Governo, levou ao agravamento da situação.

A este propósito importa recordar que o Governo, em Janeiro deste ano, tentou fazer crer que a equipa médica passaria a contar com mais 67 médicos que, na verdade tratavam-se de internos afetos às especialidades e sem garantia de permanência. Como se verifica, essa medida limitou-se a procurar iludir os mais distraídos, sem resolver qualquer questão de fundo.

A Resolução da Assembleia da República n.º 345/2021 - Recomenda ao Governo que adote medidas de investimento e requalificação no Centro Hospitalar de Setúbal, publicada em Diário da República em dezembro de 2021, insta o Governo a criar “as condições que permitam a fixação de profissionais de saúde, essencial para garantir a continuidade dos serviços e valências, a prestação de cuidados com qualidade e a redução de tempos de espera nas consultas e cirurgias”.

Um ano depois, as dificuldades permanecem, como estão identificadas no serviço de urgência de obstetrícia/ginecologia, no serviço de urgência geral e no serviço de urgência de pediatria, e em muitos outros serviços, revelando que não foram tomadas as medidas necessárias pelo Governo.

A Assembleia de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra reunida a 27 de Dezembro de 2022, delibera:

- 1- Manifestar a sua solidariedade com os utentes e os profissionais de saúde afetados pelas políticas de desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde que levam a encerramentos e limitações nos serviços prestados ou na ausência de médico de família atribuído a milhares de Setubalenses;

- 2- Reafirmar a necessidade de serem encontradas soluções para reforçar os direitos dos trabalhadores da saúde, nas suas carreiras, nas suas remunerações e na garantia de condições de trabalho;
- 3- Reafirmar o entendimento de que a prioridade de qualquer governo deve ser investir no Serviço Nacional de Saúde, aplicando recursos públicos nos hospitais e nos cuidados primários do SNS, não os desviando para o sector privado;
- 4- Exigir que o Governo cumpra com a Resolução sobre o Centro Hospitalar de Setúbal, aprovada em Assembleia da República, criando “as condições que permitam a fixação de profissionais de saúde, essencial para garantir a continuidade dos serviços e valências, a prestação de cuidados com qualidade e a redução de tempos de espera nas consultas e cirurgias”;
- 5- Manifestar o seu desagrado pela forma como o Governo, através do Sr. Ministro da Saúde, desrespeitou o Município e as populações do concelho ao não proceder ao agendamento de reunião solicitada com carácter de urgência para debater com os autarcas a situação do SNS, procurando encontrar formas que permitam contribuir para a superação dos problemas.
- 6- Enviar esta Moção ao Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ARS-LVT, Centro Hospitalar de Setúbal, ACES Arrábida, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Sindicato dos Médicos da Zona Sul.

A Assembleia de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, 27 de Dezembro de 2022

Os eleitos da CDU,

# CDU

## Voto de Pesar Falecimento de Vítor Zacarias

Vítor Zacarias faleceu no passado dia 24 de Novembro, com 92 anos.

Foi operário na secção metalúrgica da fábrica da CUF no Barreiro. Esteve preso mais de dois anos, na década de 1960, nas cadeias do fascismo, no Aljube e em Caxias, sofrendo os horrores das torturas do "sono" e da "estátua às mãos da PIDE.

Membro do Partido Comunista Português desde 1974, foi membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Setúbal, entre Maio de 1974 e Junho de 1975.

Foi dirigente do Clube de Campismo de Setúbal e era membro do Conselho Nacional da URAP – União de Resistentes Anti-Fascistas Portugueses, tendo integrado a Direcção durante vários anos.

Integrava a Comissão de Honra para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril em Setúbal, criada pelas Autarquias do Concelho este ano.

Deu um contributo determinante para a dinamização da actividade do Núcleo de Setúbal e Palmela, tendo sido, também, um impulsionador para a criação do Monumento aos Resistentes Anti-Fascistas, instalado na placa central da Av. Luísa Todí.

Homem de carácter honesto, solidário e amigo, a vida de Vítor Zacarias constitui uma referência e um exemplo de dedicação, de compromisso e de incansável empenho, a ser seguido por todos os que lutam por uma sociedade mais justa e defendem os valores de Abril, da liberdade e da democracia.

A Assembleia de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, 27 de Dezembro de 2022

Os eleitos da CDU,



# CDU

## MOÇÃO

### DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

Havendo-se assinalado, no passado dia 25 de Novembro, o Dia Internacional pela Eliminação das Violências Contra as Mulheres, a bancada da CDU exorta a Assembleia de Freguesia a discutir as múltiplas formas de violência exercida sobre as mulheres e a afirmar o caminho para soluções.

A violência contra as mulheres manifesta-se numa pluralidade de formas: violência psicológica, violência física ou sexual, violência no namoro, assédio moral no trabalho, exploração na prostituição, na pornografia, na gestação de substituição (as chamadas “barrigas de aluguer”) e tráfico humano. Transversal a todas estas, reconhecemos uma violência estrutural, enraizada na exploração laboral, na pobreza e na exclusão social.

A precariedade laboral, os salários e pensões baixos, o empobrecimento generalizado, aumento galopante das efectivas situações de pobreza, e a consequente degradação das condições de vida e trabalho da maioria das mulheres, empurram-nas para um contexto de grave aprofundamento das desigualdades e discriminações a que se encontram sujeitas enquanto mulheres, trabalhadoras, cidadãs e mães. É este o contexto material que impossibilita a sua necessária independência económica, o seu acesso a uma habitação condigna e a demais bens e serviços essenciais, potenciando o prolongamento da sujeição das mulheres a situações de violência.

São as mulheres em condições sociais e económicas mais precárias aquelas que se veem empurradas para a exploração na prostituição, pornografia e gestação de substituição, numa violação extrema dos seus direitos e dignidade humana.

O combate à violência contra as mulheres não pode, pois, existir desligado da intervenção nas causas económicas e sociais que se encontram na génese da exploração laboral das mulheres e das desigualdades e discriminações que sobre elas recaem nas várias facetas da sua vida.

O processo de transferência de responsabilidades, da Administração Central para as autarquias, coloca novos desafios no que diz respeito a uma necessária articulação coesa e nacional dos protocolos de territorialização do combate à violência contra as mulheres, em particular à violência doméstica.

Será essencial a concretização de uma rede pública, descentralizada e articulada entre serviços públicos, autarquia e entidades que intervêm na área da prevenção e combate à violência contra as mulheres. Só através da proximidade e contacto directo, envolvendo as escolas, centros de saúde, hospitais, tribunais e forças de segurança, se garantirá a eficácia real de um acesso, em condições de igualdade, de todas as mulheres a informação, acompanhamento, sinalização e efectiva protecção.

Somente a concretização da igualdade no trabalho e na vida será capaz de garantir às mulheres o direito a um projecto de vida livre de violência

Assim, a Assembleia de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, reunida a 27 de Dezembro de 2022, delibera exortar os órgãos de soberania a tomarem medidas concretas, de carácter urgente, de prevenção e combate às múltiplas formas de violência sobre as mulheres, nomeadamente:

- a. Reforçar os meios financeiros, técnicos e humanos, dotando os diversos serviços públicos dos meios indispensáveis no cumprimento do seu papel na prevenção e combate à violência doméstica (centros de saúde e hospitais, escolas e universidades, forças de segurança, polícia de investigação criminal, Ministério Público, Tribunais e serviços de segurança social) articulando-os numa descentralizada rede pública de apoio;
- b. Cumprir a legislação em matéria de violência doméstica, reforçando o investimento público por forma a garantir a adequada protecção das mulheres vítimas desta forma de violência, nomeadamente uma maior celeridade na avaliação de risco e na decisão de medidas de protecção à vítima e de coação ao arguido em 72 horas, como está estabelecido. Importará, igualmente, reforçar a protecção das mulheres, antes e depois do estatuto de vítima lhes ter sido atribuído;

- c. Sinalizar e acompanhar os agressores, não apenas no decurso do processo criminal e judicial, mas igualmente com medidas que permitam perceber as causas das práticas em questão e prevenir futuras reincidências;
- d. Manter a criminalização do lenocínio e travar categoricamente as tentativas de regulamentação da prostituição - que mais não são que a legitimação de um negócio que lucra milhões com a exploração e mercantilização do corpo da mulher em situações de extrema violência física e psicológica;
- e. Reconhecer a prostituição e a pornografia como uma aviltantes formas de violência, recusando a utilização do termo «trabalho sexual» e a falsa dicotomia entre prostituição forçada e consentida;
- f. Adotar programas específicos, legalmente previstos, que assegurem saídas às mulheres prostituídas, a serem implementados nos serviços públicos e no setor social, em proximidade com as mulheres. Estes devem tem em conta as necessidades específicas de cada mulher, numa intervenção assente no acompanhamento contínuo, com medidas de reinserção e proteção social, de acesso à habitação, saúde, educação e formação profissional;
- g. Assegurar o cumprimento dos direitos das mulheres, combatendo a exploração laboral, as desigualdades e discriminações, procedendo à elevação dos seus rendimentos do trabalho, e concretizando o direito à habitação, a uma rede de equipamentos sociais, entre outros.

Sendo aprovada, deverá ser remetida a:

- Presidente da República;
- Grupos parlamentares da AR;
- Primeiro-ministro;
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
- Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade de Género.

A Assembleia de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, 27 de Dezembro de 2022

Os eleitos da CDU,

## Voto de Saudação

### Gestão Pública da Água e Saneamento Básico

Passados 25 anos, chegou ao fim o contrato de concessão assinado pela autarquia de Setúbal gerida pelo Partido Socialista com a empresa Águas do Sado. Contrato de concessão que se revelou ruinoso para a autarquia ficando atualmente em dívidas muitos milhões de euros. Ao longo de 25 anos a população viu a sua fatura de águas aumentar e a qualidade do serviço a piorar.

Em campanha eleitoral a CDU assumiu com a população de Setúbal que a gestão da água e do saneamento voltariam para a esfera pública por via da reativação dos Serviços Municipalizados. Esse compromisso assumido pela CDU é agora cumprido.

Esta reativação e assumir da gestão da água pela Câmara Municipal permitirá que a breve trecho se iniciem obras da mais alta importância para a população, nomeadamente, a população da nossa freguesia com o ampliação da rede de saneamento básico, ampliação essa requerida há muitos anos pela população e que no início do próximo ano de 2023 iniciará as suas obras.

Com a gestão pública da água vem também o espírito de serviço público e nesse sentido a população de Setúbal e da nossa freguesia sentirá um alívio na fatura da água que poderá chegar aos 20%.

É também de saudar que com a gestão pública da água muitas pessoas que atualmente paga taxa de saneamento sem o ter, passarão muito brevemente a ter à sua disponibilidades um serviço de limpeza de fossas assegurados pelos Serviços Municipalizados de Setúbal.

A Água é um bem de todos!

A Água voltou à gestão pública de onde nunca deveria ter saído, a bem da população



(6)  
Aprovada  
Unanimidade

## MOÇÃO

### DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Comemorou-se no dia 3 de dezembro, em todo o mundo, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

Proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1992, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência é um dia de mobilização social e política para a garantia da efetividade dos direitos destas pessoas em todas as esferas da sociedade e para o tanto que há que fazer para derrubar barreiras físicas, legais e culturais para que assim possa ser.

A convicção forte transmitida pela celebração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência é a de que a deficiência não pode constituir um entrave intransponível ao reconhecimento e à prática dos direitos de todos e que ela exige o reconhecimento e a prática de direitos diferenciados para estas pessoas.

Portugal tem vindo a adotar um quadro jurídico e um conjunto de políticas públicas que colocam a pessoa com deficiência como sujeito de uma vida independente e com os direitos a ela inerentes.

Também o Município de Setúbal tem desenvolvido ao longos dos últimos anos ações de dinamização relativas a esta matéria, através do grupo Concelhio para as deficiências.

Mas há muito ainda por fazer. Subsistem obstáculos de diversa natureza a esses direitos e o combate de todos contra esses obstáculos é o desafio de que importa tomar consciência. Não apenas a nível nacional, mas as autarquias do país também são uma parte importante das políticas públicas para implementação de programas que tenham em vista a vida independente e garantam os direitos das Pessoas com Deficiência.

**Neste sentido, vêm os eleitos do PSD, propor à Assembleia de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, que delibere:**

- a) Recomendar à Junta de Freguesia que proceda ao levantamento na respetiva área geográfica, das barreiras arquitetónicas que impedem a acessibilidade a pessoas com deficiências de locomoção e visuais;
- b) Após realizado o levantamento remeter à Câmara Municipal de Setúbal para que se proceda à eliminação das barreiras identificadas;



- c) Saudar a celebração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e reafirmar o seu compromisso pelo reconhecimento e garantia dos direitos das pessoas com deficiência;
- d) Que o presente Voto seja remetido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e Srs. Vereadores, à Assembleia Municipal de Setúbal, à APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, à ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, APPDA – Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo de Setúbal Associação de Saúde Mental Doutor Fernando Ilharco.

Mais delibera sobre esta recomendação:

- a) Fazer a divulgação nos locais habituais;
- b) Fazer a divulgação no site da Junta de Freguesia;
- c) Juntar anexo à Ata em minuta desta Assembleia.

Gâmbia, 27 de dezembro de 2022

Os eleitos pelo Partido Social Democrata,

## MOÇÃO

### **Pelo fim das descargas ilegais descargas ilegais na Vala de Brejos de Canes e no Estuário do Sado, na zona da Mourisca**

Desde há vários meses a esta parte, têm ocorrido descargas ilegais de produtos químicos, que poluem a linha de água e emanam cheiros nauseabundos, na Vala de Brejos de Canes, que desagua na Mourisca, e acabam por entrar no Sado, afetando quer o conforto e saúde das populações que aqui residem, quer o estuário, que é uma zona ambientalmente protegida.

As entidades públicas como a Câmara Municipal de Setúbal, a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, a ARH - Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, não tomaram as necessárias e urgentes medidas para pôr fim ao problema, pois embora declarassem publicamente ter identificado a fonte poluidora, a mesma continuou durante meses a prática deste crime ambiental.

As diversas descargas ilegais de produtos químicos causaram danos em produções agrícolas, contaminaram a Vala e o rio Sado e colocam em causa a qualidade dos lençóis freáticos existentes na zona.

Assim, é necessário que se proceda à compensação dos produtores que devido a esta situação perderam as suas colheitas; é necessário que se proceda à limpeza e descontaminação da Vala de Brejos de Canes e que se proceda à análise dos lençóis freáticos da zona.

Neste sentido, os eleitos do Partido Social Democrata, propõem que a Assembleia de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, reunida em sessão ordinária a 27 de dezembro de 2022, delibere:

- a) Manifestar ao executivo municipal para no âmbito das suas competências intervir o mais urgentemente possível no sentido de proceder à limpeza e despoluição da Vala de Brejos de Canes;
- b) Exigir que a Câmara Municipal em conjunto com as entidades competentes, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente tomem as necessárias medidas no sentido de impedir a continuação das descargas ilegais e que procedam à análise da qualidade da água dos lençóis freáticos;
- c) Manifestar o seu apoio às populações desta freguesia que foram afetadas por este crime ambiental.

**Mais delibera sobre esta recomendação:**

- a) Remeter ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal;**
- b) Remeter ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Setúbal;**
- c) Fazer a divulgação nos locais habituais;**
- d) Fazer a divulgação no site da Junta de Freguesia;**
- e) Juntar anexo à Ata em minuta desta Assembleia**

**Gâmbia, 27 de dezembro de 2022**

**Os eleitos pelo Partido Social Democrata,**



Reprovada (8)  
Majoria

## VOTO DE SAUDAÇÃO

25 DE NOVEMBRO DE 1975

A Assembleia de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra volta a evocar simbolicamente a importância histórica do 25 Novembro, o movimento que conteve a ala radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela extrema-esquerda, e determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, na senda da consolidação do processo democrático iniciado pelo 25 de Abril.

O “25 de Novembro”, ato singular e irrepetível da nossa história, marca indelevelmente o fim da transição revolucionária. O povo português soube, não sucumbindo às manobras táticas e estratégicas de uma franja radical da sociedade portuguesa, que podiam ter resvalado numa guerra civil, rejeitar uma visão autocrática e internacionalista de Portugal.

O povo português conseguiu, com firmeza republicana, romper com a ditadura de 40 anos e aceitar um caminho que permitiu que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia.

É sob o signo dessa unidade feita pela história que celebramos, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo. Alguns poderão achar que esta evocação é supérflua, outros pugnarão por assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia.

**Assim, os eleitos do PSD propõem à Assembleia de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, que:**

Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram novamente Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974.

Mais delibera sobre esta recomendação:

- a) Fazer a divulgação nos locais habituais;
- b) Fazer a divulgação no site da Junta de Freguesia;
- c) Juntar anexo à Ata em minuta desta Assembleia.

Gâmbia, 27 de dezembro de 2022

Os eleitos pelo Partido Social Democrata,

## **VOTO DE SAUDAÇÃO**

### **Pelo Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres**

O dia 25 de novembro é assinalado em todo o mundo, por designação oficial das Nações Unidas, como o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra as Mulheres, com o propósito de alertar a sociedade, os governos e instituições relativamente a esta grave violação dos direitos humanos nas suas diversas vertentes, como p.e. maus-tratos físicos, psicológicos, agressões sexuais, assédio, exploração laboral e todas as formas de discriminação de género.

Cerca de metade das mulheres da UE foi alvo de assédio sexual, sob forma verbal e física.

Segundo o EUROSTAT, 80% das vítimas de tráfico são do sexo feminino.

Em todo o mundo, cerca de 12 milhões de raparigas com menos de 18 anos são obrigadas todos os anos a casamentos forçados. Pelo menos 200 milhões de mulheres e raparigas são sujeitas a MGF (Mutilação Genital Feminina).

Em Portugal segundo o RASI (Relatório Anual de Segurança Interna), a Violência Doméstica, continua a constituir uma das principais formas de criminalidade, atingindo, em 2021, 26.520 ocorrências, das quais, a violência contra cônjuge assume 85% (22.524 casos), verificando-se que 75% das vítimas são mulheres e 81% dos denunciados são homens. Há ainda a lamentar 23 homicídios em contexto de violência doméstica, dos quais, 16 foram mulheres.

O Observatório de Mulheres Assassinadas (UMAR) registou entre 1 de janeiro e 15 de novembro de 2022: 28 mulheres assassinadas, tendo 22 sido vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e 6 assassinios, 3 em contexto familiar, uma em contexto de crime, uma em contexto de uma discussão pontual e uma em contexto omissivo.

Em 55% dos casos existia violência prévia contra a vítima e em 7 já havia sido apresentada queixa às autoridades. Em 5 casos as vítimas já tinham sido ameaçadas de morte pelos homicidas e, em todos os casos, a violência de que eram vítimas era do conhecimento de terceiros.

A verdade é que a violência contra mulheres, independentemente da idade, continua a existir nas nossas sociedades e, em muitas partes do mundo, a ser tolerada e mesmo normalizada.



No combate a esta realidade, as autarquias locais, devem estar na primeira linha da intervenção, assumindo políticas públicas claras e aceitando a sua missão de formação e sensibilização.

**Neste sentido, a Assembleia de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, por proposta dos eleitos do PSD, delibera:**

- a) Condenar todas as formas de violência contra mulheres de todas as idades;
- b) Saudar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres;
- c) Afirmar o seu compromisso com políticas locais vocacionadas para o combate à violência dirigida contra as mulheres.

Gâmbia, 27 de dezembro de 2022

Os eleitos do Partido Social Democrata,



**SETÚBAL**

Requerimento 12/2022/PS

Cumprimento da deliberação referente do Edital 07/2021

Exmo. Sr.º Presidente, da Mesa da Assembleia de Freguesia,

Os eleitos do Partido Socialista à Assembleia de Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra solicitam, face à ausência de resposta e no seguimento de requerimentos anteriormente enviados, ao abrigo da alínea d) do art.º 10º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, solicitar:

- a) o cumprimento do **Ponto 4 – “Publicar esta Moção no site e redes sociais da Freguesia, na comunicação social local escrita, dar conhecimento à população através da sua afixação no território da Freguesia e nos locais habituais”** referente à deliberação constante do Edital 07/2021 - "**Moção Saneamento Básico: A ausência de um direito essencial em 2021**"

Mais solicitamos resposta escrita, onde constem as razões para o respetivo incumprimento.

Os eleitos do Partido Socialista

Setúbal, 27 de dezembro de 2022



**SETÚBAL**

Requerimento 12/2022/PS

Publicitação do texto original, aprovado na AF, referente ao Edital N°07/2022

Exmo. Sr.º Presidente, da Mesa da Assembleia de Freguesia,

Os eleitos do Partido Socialista à Assembleia de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto-da-Guerra solicitam, face à ausência de resposta e no seguimento de requerimentos anteriormente enviados, ao abrigo da alínea d) do art.º 10º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, solicitar:

- a) a reposição do texto aprovado, no Edital N°07/2022, sobre a Moção – *“Pela alteração ao Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado e de duração limitada no concelho de Setúbal”*, e ser dado o seu cumprimento. Texto em falta: *“Publicar esta Moção no site e redes sociais da Freguesia, na comunicação social local escrita, dar conhecimento à população através da sua afixação no território da Freguesia e nos locais habituais”*.

Mais solicitamos resposta escrita, onde constem as razões para o respetivo incumprimento.

Os eleitos do Partido Socialista

Setúbal, 27 de dezembro de 2022



Requerimento 12/2022/PS

Deliberações do órgão Executivo em falta

Exmo. Sr.º Presidente, da Mesa da Assembleia de Freguesia,

Vêm por este meio os eleitos do Partido Socialista à Assembleia de Freguesia de GPA, ao abrigo da alínea c) do art. 10º do RJAL, solicitar a informação em falta na Proposta N.º 45 ( Relatório de Atividade), visto a mesma, ao contrário do que é habitual, não ter sido acompanhada das deliberações do Executivo, o que dificulta a execução das tarefas de acompanhamento e fiscalização, a que estes eleitos estão adstritos.

Face ao exposto solicitamos que nos sejam remetidas todas as deliberações tomadas nas várias reuniões de Executivo, ocorridas durante o período em apreço, bem como a colocação das deliberações em falta no site da Freguesia.

Os eleitos do Partido Socialista

Setúbal, 27 de dezembro de 2022



**SETÚBAL**

Bancada do Partido Socialista na

Assembleia de Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra

Requerimento 12/2022/PS

Ponto de situação da Caixa Multibanco

Exmo. Sr.º Presidente, da Mesa da Assembleia de Freguesia,

Vêm por este meio os eleitos do Partido Socialista à Assembleia de Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, ao abrigo da alínea d) do art.º 10º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, no sequência da Proposta Nº 28/2022 - Caixa Multibanco ATM, aprovada em reunião desta Assembleia de Freguesia ocorrida a 9 de Julho do corrente ano, solicitar por escrito a discriminação de todas as diligências levadas a cabo pelo Executivo (datadas e indicadas as entidades contactadas) no sentido de efetivar o aprovado por esta Assembleia de Freguesia.

Os eleitos do Partido Socialista

Setúbal, 27 de dezembro de 2022



**SETÚBAL**

Requerimento 12/2022/PS

Demonstração das atividades realizadas no âmbito da proposta Nº29/2022

Exmo. Sr.º Presidente, da Mesa da Assembleia de Freguesia,

Vêm por este meio os eleitos do Partido Socialista à Assembleia de Freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, ao abrigo da alínea d) do art.º 10º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e na sequência da proposta Nº 29/2022 - Pelo Estabelecimento de Parceria com a GNR, no âmbito de Programa Apoio 65 - Idoso em Segurança, aprovada em reunião de Assembleia de Freguesia ocorrida a 9 de julho de 2022, solicitar informações sobre as diligências efetuadas para o cumprimento desta deliberação (datas das diligências e entidades contactadas), atividades definidas, e outras que julguem esclarecedoras do estado desta situação.

Aproveitamos ainda para solicitar informação detalhada das atividades levadas a cabo pela Unidade Local de Proteção Civil, e envolvimento do seu corpo de voluntários, durante o ano de 2022.

Os eleitos do Partido Socialista

Setúbal, 27 de dezembro de 2022